



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater a emancipação dos distritos de Rondônia.

EM: 16.06.2025

INICÍO: 14h33min

PRESIDENTE: SRA. DRA. TAÍSSA

SR. EYDER BRASIL

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos. A
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao
Requerimento nº 1841/2025, de autoria da Excelentíssima
Senhora Deputada Drª Taíssa, após aprovação em plenário,
realiza Audiência Pública tendo como pauta a emancipação
dos distritos de Rondônia.

Agradecemos, desde já, a todos os que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no Facebook, no YouTube, e pela TV Assembleia, Canal 7.2. E também os nossos participantes que estão presentes conosco nesta audiência.

Neste momento, vamos dar início à composição do nosso dispositivo. E já convidamos para ocupar assento à Mesa a Excelentíssima Senhora Deputada Dr^a Taíssa, proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Senador da República Jaime Bagattoli, bancada federal de Rondônia.

Excelentíssimo Senhor Doutor Hudson Delgado Camurça, Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rondônia.

Podem sentar. Neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Dr^a Taíssa fará a abertura desta audiência pública.

Convidamos também o Senhor Luiz Lobato, Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Bem-vindo.

Neste momento convidamos também para compor o nosso dispositivo o Senhor Paulo Lubiana.

Senhoras e senhores, neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Dr^a Taíssa fará a abertura desta Audiência Pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, tendo como pauta a emancipação dos distritos de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, música de Francisco Manuel da Silva e letra de Joaquim Osório Duque Estrada. E, em seguida, o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim Geraldo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva.

(Execução dos Hinos)

Senhoras e senhores, podeis assentar. Neste momento, convidamos para fazer parte do nosso dispositivo, o Senhor Vereador Adalto Bandeirantes, da Câmara Municipal de Porto Velho.

Avisamos ainda que participa, como extensão do nosso dispositivo de forma on-line, a Excelentíssima Senhora Deputada Federal Cristiane Lopes, bancada federal de Rondônia; o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Carlos Henrique Amorim (Gaguim), bancada federal do Tocantins; o Excelentíssimo Senhor Luiz Farias, Secretário Nacional da Emancipa Brasil, do Estado do Ceará; o Excelentíssimo Senhor Calebe Francio, Prefeito do Município de Boa Esperança do Norte, no Mato Grosso.

E nós gostaríamos de registrar e agradecer a presença da Doutora Adriana James, Procuradora Jurídica da Câmara de Vereadores do Município de Costa Marques; a Excelentíssima Senhora Ana Cristina Justiniano, Vereadora e 1ª Secretária da Câmara Municipal de Costa Marques; Senhora Juliane Duarte das Neves, Vereadora e Presidente da Câmara do Município de Costa Marques; Senhor Cleison Aparecido da

Silva, chefe de gabinete da Câmara do Município de Costa Marques.

Senhora Sandra Bagattoli, esposa do Senador Jaime Bagattoli; o Excelentíssimo Senhor Pastor Joselio Rodrigues, subprefeito do Município de Colniza, do Estado do Mato Grosso; a Senhora Marlene Marques e Keiliane Castro, representando a Federação dos Artesãos do Estado de Rondônia; a Senhora Vereadora Cláudia Kafer, Câmara Municipal de Colniza, no Estado do Mato Grosso.

Agradecemos ainda, ao Senhor Aparecido Bispo, morador de Extrema, distrito de Porto Velho. Agradecemos ao Senhor Claudeir Pereira Netto, Secretário do Conselho Comunitário do Distrito de União Bandeirantes; ao Senhor Pastor Valcenir Alves da Silva, representando o Conselho de Pastores da Ponta do Abunã; o Excelentíssimo Senhor Divino Geraldo da Silva, subprefeito do Distrito de Três Fronteiras, no Município de Colniza, no Estado do Mato Grosso; Senhor Vereador Ailton Ribeiro, Câmara Municipal de Colniza, no Estado de Mato Grosso; o Senhor Vereador Wesley Nunes Mendes (Wesley Barbicha), Câmara Municipal de Colniza, Estado do Mato Grosso.

A Senhora Maria da Paz Rodrigues, Presidente da Federação de Criação de Municípios; Senhora Leide Alves, jornalista e gestora da Comunidade do Movimento Emancipalista Brasileiro; Senhor Vitor Gonçalves, Presidente do Movimento Emancipalista Brasileiro - MEB.

Neste momento, convidamos para fazer parte do nosso dispositivo, o Defensor Público Eduardo Guimarães Borges.

Retornamos a palavra, à Excelentíssima Deputada Estadual Dr^a Taíssa para conduzir a presente Audiência Pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde especial a todos e principalmente, a todas as mulheres. Eu vou fazer questão de falar do futuro. Eu falo assim, porque quando a gente começa em uma luta, senhor Bispo, a gente tem que estar confiante. Se Deus quiser, futuro município União Bandeirantes - boa tarde especial. À Extrema que está aqui, Vista Alegre do Abunã e Nova Califórnia.

Primeiramente, quero convidar o meu colega de Parlamento, Deputado Eyder Brasil, que está aqui e que vai, junto conosco, ecoar mesmo coro. A gente sabe da dificuldade. Seja bem-vindo.

Quero cumprimentar com muito carinho o Senador Jaime Bagattoli, que mudou toda a agenda dele para estar aqui hoje, porque é um homem preocupado com o homem e com a mulher do campo, um homem que vem de origem humilde e que sabe a dificuldade que é você não ter estrada, você não ter saúde na ponta e não ter a assistência que precisa.

E, para mim, Senador, a sua presença me deixa extremamente feliz, porque eu sei que o senhor anda o Estado inteiro, e principalmente os distritos, dando olhar para as pessoas que muitas das vezes não têm voz. E eu quero cumprimentar o senhor com muito carinho.

Também quero cumprimentar a OAB, que se faz aqui presente, porque, nessa Audiência Pública nós estamos aqui, não para fazer palanque político - de forma alguma -, até porque a gente está no mandato para dar voz às pessoas.

A Audiência Pública é o local onde a gente debate, a gente fala e, principalmente, o povo é escutado. E que nós possamos, junto com a OAB e junto com a Defensoria Pública, que se faz aqui presente, fazer várias deliberações.

E eu aproveito para cumprimentar, que está de forma on-line, o prefeito de Boa Esperança do Norte, de Mato Grosso. Se hoje ele realizou esse sonho de estar lá, emancipado, um distrito que tinha uma economia forte, que tem uma população significativa, nós queremos realizar esse sonho aqui. E contamos muito com a OAB do Estado de Rondônia e imensamente com a Defensoria Pública do Estado.

Quero cumprimentar também o Vereador Adalto, que é da região de União Bandeirantes, que, no momento que eu falei e acionei todos os vereadores do Município de Porto Velho, foi o primeiro a gravar e a se manifestar, porque ele mora lá. Ele sente na pele as dificuldades e sabe o tanto que é importante a independência política, administrativa e orçamentária para um distrito que soma tanto para o Estado de Rondônia e, principalmente, para a capital.

E eu quero cumprimentar de forma muito especial duas pessoas aqui que iniciaram toda essa movimentação. Esse movimento, dessa Audiência Pública, não é da Deputada Dr^a Taíssa, mas é do Paulo Lubiana e do Bispo, que foram pessoas que, a seis meses atrás, toda semana batiam no meu gabinete: "Vamos organizar uma data tal? Uma data tal?", para que nós pudéssemos estar aqui hoje.

E vocês são a voz da população, vocês são a voz desse povo que precisa tanto ser ouvido. Vocês sabem a dificuldade que é não ter estrada, a ponte quebrar e, muitas vezes, ficar garimpando de gabinete, em gabinete atrás de recurso e de ser escutado. Então, quem merece palmas aqui são vocês dois: Paulo Lubiana e Bispo.
(manifestação da galeria)

Antes de passar a fala para o Senador, eu quero dizer que, muitas vezes, houve Audiências Públicas nos distritos falando sobre a emancipação. E nós marcamos essa por quê?

Porque Boa Esperança, lá no Mato Grosso, em 2023, houve uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e agora em janeiro de 2025, finalzinho de dezembro, houve o julgado dos embargos, quando foi declarado o município e empossado prefeitos, vice-prefeito e vereadores, dando dignidade para aquela população.

E, para isso, alguns requisitos. Os requisitos que são: uma distância considerável da capital - 130 quilômetros. E os distritos que eu acabei de falar se enquadram nesses requisitos. E também a situação de ter uma independência pública.

Nós sabemos que, muitas vezes, se fala tanto em emancipação, mas o próprio STF falou na decisão: "Para que não seja usado como cabide de emprego". E é isso que o povo quer, ele não quer cabide de emprego. O povo quer algum representante lá - ou um prefeito, ou um vice-prefeito, ou um vereador - que possa trazer a dignidade através do asfalto, do saneamento, da qualidade de vida.

E é por isso que nós marcamos essa audiência hoje. E eu aproveito para cumprimentar o Presidente do Emancipa Brasil que está aqui. Nós estamos com mais ou menos 15 Estados da Federação nessa movimentação, porque a lei não foi regulamentada. E se a gente não começar a gritar, a falar, tanto dentro do nosso Estado de Rondônia como para o Brasil, que o povo que está nos distritos não vai aguentar mais ser esquecido, nós não vamos avançar.

Quero cumprimentar, com muito carinho, todos os vereadores que vieram do Mato Grosso e os prefeitos também que estão aqui. Porque eu sei que lá em Boa Esperança avançou, mas tem outros distritos no Mato Grosso que necessitam da emancipação, que são fortes economicamente, mas não têm a ajuda que precisam.

Eu agradeço imensamente a todos que estão presentes. A gente vai começar as falas pela população, mas antes eu vou passar, as meninas do Cerimonial estarão aí e vocês levantem a mão para se inscrever, e o Senador Jaime Bagattoli vai iniciar essa Audiência Pública, tendo em vista que ele tem voo às 16 horas e é extremamente importante ouvirmos ele.

Depois que encerrar a fala dele, automaticamente se encerram as inscrições e nós vamos ouvir o povo, porque depois vão ser feitos os encaminhamentos. Obrigada, Senador.

Só peço a gentileza, o pessoal que está on-line, silenciar, porque primeiro a gente vai ouvir o Senador que está de forma presente, depois a população e, posteriormente, nós vamos passar para o Deputado Federal de Tocantins, para o prefeito lá de Boa Esperança, que também prontamente nos atendeu e todas as autoridades que estão de forma on-line prestigiando essa audiência.

O SR. JAIME BAGATTOLI - Obrigado, deputada. Obrigado por ter me chamado para essa Audiência Pública para discutirmos a situação da emancipação para novos municípios, desses distritos que poderão ser emancipados como município, não só do Estado de Rondônia, mas de todo o Brasil.

Quero cumprimentar aqui especialmente o Vereador Adalto, lá do distrito de União Bandeirantes, que é uma pessoa muito empenhada. E ele já vinha conversando sobre essa situação de União Bandeirantes, de Extrema, de Vista Alegre, de Nova Califórnia e de outros distritos que poderiam ser emancipados, que tem uma população acima de 6

mil, 8 mil habitantes. E também sobre a distância que esses distritos se localizam do município-mãe.

Quero cumprimentar aqui, em nome do Defensor Público Eduardo, cumprimentar os demais membros da Mesa e cumprimentar também o Deputado Eyder Brasil.

Primeiramente, eu quero cumprimentar toda a população que está aqui neste momento: de Extrema, de Vista Alegre, de União Bandeirantes, dos demais distritos que estão aqui, de Rondônia e de toda a população dos 52 municípios do Estado de Rondônia.

Quero dizer para vocês que eu sou um Senador da República, que qualquer um de nós que chega a ser um senador, um deputado federal, um prefeito, um político, ele precisa expressamente do voto do povo. E eu tenho absoluta certeza que vocês colocaram no Senado da República uma pessoa que conhece o Estado de Rondônia, porque eu tenho uma vida aqui de mais de 50 anos no Estado e vi a emancipação de 50 municípios do Estado de Rondônia, dos 52, menos Porto Velho e Guajará-Mirim.

Então, eu tenho um conhecimento amplo, Deputada Taíssa. E eu vejo a grande dificuldade que esses distritos têm. Eles estão muito longe do município-mãe, principalmente os distritos aqui de Porto Velho: a 120 quilômetros, União Bandeirantes, 150 quilômetros, até quase 300 quilômetros, lá onde está Extrema, praticamente chegando na divisa com o Acre.

Então, nós precisamos que as autoridades desse país vejam as grandes dificuldades que nós temos, nós precisamos emancipar novos municípios. E sabemos que no Brasil, no Estado de São Paulo, no Estado de Minas Gerais nós temos Doutor Eduardo, com menos de mil habitantes. Não desfazendo o município que não tem mil habitantes, mas como que nós

olhamos para Extrema, como nós olhamos para União Bandeirantes que tem praticamente 30 mil pessoas e nós temos estamos engessados e não podemos fazer nada para emancipar, para dar uma melhor qualidade de vida para essas pessoas, para essa gente, para esses trabalhadores que estão lá...

Mas, então, eu só queria dizer para vocês, eu não quero me alongar, vocês podem contar com o Senador Jaime Bagattoli. Lá em Brasília, aquilo que precisar ser feito, que a gente puder contribuir para a emancipação desses novos municípios, nós assim o iremos fazer e iremos defender; que a gente vê como aconteceu naquele Município de Boa Esperança. Boa Esperança, no Mato Grosso; é Boa Esperança do Norte. Era um distrito que pertencia a Sorriso, foi uma demanda praticamente de 20 anos na Justiça e depois emancipou o município com 20% do seu território pertencente a Sorriso e 80% a Nova Ubiratã.

Então, parece que o prefeito de Boa Esperança do Norte vai também falar hoje, e esclarecer melhor como foi, como aconteceu, de que maneira aconteceu, que Boa Esperança do Norte se tornou município lá, e a distância que ele estava também do município-mãe, que é Sorriso.

Mas, eu não posso deixar de falar aqui, eu tenho um compromisso. Peço desculpas, eu tenho que viajar. Vou a Brasília daqui a pouquinho, mas dizer para vocês, olhar no olho dessas pessoas de União Bandeirantes, de Extrema; de todo produtor rural nosso, do Estado de Rondônia, do Acre, do Pará, de Roraima, do Amapá; de todos os Estados do Norte: como nós estamos sendo massacrados! Nós temos sofrido por uma situação: 11 reservas que foram criadas num decreto de 2017, aqui no Estado de Rondônia.

Nós temos o problema dos embargos. O problema dos embargos é seríssimo que nós temos no Estado de Rondônia. Eu faço parte tanto da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), quanto da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), lá no Senado da República.

Essa semana que passou, nós criamos uma subcomissão da qual eu vou ser presidente; e o Senador Mourão, que foi vice-presidente do Bolsonaro, vai ser o relator, porque nós precisamos, Doutor Eduardo, nós precisamos nos debruçar e resolver o problema, tanto dessas 11 reservas quanto dessas áreas que estão nos embargos.

E digo mais para vocês: há muitos produtores nossos que nem sabem que estão embargados. O Ibama fez um embargo com uma foto satélite, via satélite, e eles estão sendo impedidos de vender a sua mercadoria, a sua produção. E o pior disso, eu quero deixar um alerta, eu preciso deixar um alerta ao Governo do Estado de Rondônia, à Vigilância Sanitária desse Estado aqui, ao Idaron, o que pode acontecer com esse nosso Estado: nós podemos perder o controle da vigilância sanitária devido a essa situação do GTA (Guia de Transporte Animal).

Eu sou comprador. Antes de político, sou empresário. Político eu sou agora. Eu "estou" na política; não sou político. Cheguei diretamente ao Senado, isso eu nunca nem imaginava, mas eu quero defender o nosso produtor, eu preciso defender o nosso produtor.

Eu quero dizer, Doutor Eduardo, eu já estou impedido. Eu sou um grande produtor de gado, de soja, não tenho problema. Eu estou impedido, Doutor Eduardo, de comprar de muitos cidadãos, gado; tanto bezerro quanto gado, direto para o confinamento, porque essas pessoas têm embargo! Aonde nós vamos chegar com essa situação? Eu deixo um

alerta. O perigo que nós vamos correr se nós perdermos o controle da vigilância sanitária do gado do nosso Estado de Rondônia.

Vocês viram o que aconteceu lá no Rio Grande do Sul. Simplesmente em um aviário, o que aconteceu com a gripe aviária, com poucas aves. Vocês viram o reflexo que deu no país inteiro. O prejuízo que deu no país inteiro.

Então, eu deixo um alerta aqui: Governo do Estado, tome providências, ajude essas pessoas. Nós precisamos de uma união firme nesse momento. Todas as autoridades. Nós precisamos do setor jurídico, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Câmara dos Deputados, do Senado! Nós precisamos ajudar esse nosso povo. Não é justo o que foi feito nas 11 reservas! Não é justo.

Eu vi um senador essa semana falando que o faria de novo! Que o faria de novo! Olha o absurdo que é isso! Que o faria de novo!

Gente, quem conhece esse Estado aqui há 50 anos, sabe das dificuldades que nós temos no nosso Estado de Rondônia, sabe o tanto que esse povo já sofreu nesse Estado de Rondônia. E agora nós chegamos nessa situação, nos deparamos com essa situação que temos ali.

Mas, se Deus nos abençoar, nós vamos resolver pacificamente, pacificamente. Porque o nosso produtor rural, eu conheço, Doutor Eduardo, eu estou com 64 anos, eu conheço esse Estado.

O nosso produtor rural, e eu sou médio para grande produtor, eu quero, para todos que estiverem me ouvindo, eu não fui senador para resolver problema de grande produtor. Eu fui ser senador para resolver problema mais desses pequenos produtores que têm menos de quatro módulos rurais,

que cada módulo é de 60 hectares, até 240 hectares, de preferência.

Coloquei dinheiro no Incra. Estou fazendo de tudo para que seja feito o georreferenciamento dessas propriedades, que seja resolvida essa documentação, que seja dada dignidade de documento de propriedade para esses produtores.

Mas, enfim, dizer para vocês que nós temos essa grande dificuldade, esse grande desafio para resolver. E a partir dessa semana nós já estamos discutindo lá em Brasília um problema, vamos levar para uma Câmara Especial para nós resolvermos e discutirmos essa situação dos embargos.

De mais a mais, quero dizer para vocês: contem com o Senador Jaime Bagattoli. Eu sei dessa situação que hoje trouxe vocês todos aqui para essa Audiência Pública, para nós discutirmos essa situação de emancipar esses distritos, principalmente esses que estão mais longe do seu município-mãe, do município-sede. Mas, pode contar com o Senador Jaime Bagattoli, que eu vou estar junto, se tivermos que fazer, tivemos que ir para Brasília, vamos discutir também lá, que parece que dia 06 de julho – não é, Deputada Taíssa? – vai ter um encontro lá em Brasília para se discutir essa situação. E nós precisamos resolver, sim, a situação de emancipar municípios que têm mais, principalmente, acima de 10 mil habitantes.

Obrigado a todos e fique com Deus. Estamos juntos!

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Muito obrigada, Senador. Para nós é extremamente importante o seu apoio, porque sabemos, passando na Câmara Federal, vai para o Senado. E, automaticamente, já sabemos que o senhor pode

convencer outros senadores e também já contamos com o seu voto. Obrigada. Obrigada, Sandra Melo. Obrigada, Giovanni. O Senador vai pegar o voo agora.

Aproveito e convido para ficar aqui ao meu lado o Bispo. Faço questão de que você fique na Mesa, porque você colaborou imensamente para que esta audiência esteja ocorrendo.

Eu já ia passar para a população, mas o Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim, da bancada do Tocantins, está de forma on-line, pegando um voo, e fez questão de participar, porque ele é autor da legislação. E aí eu vou passar de forma on-line para ele, tendo em vista essa logística, embarcando de um voo para outro, para que ele possa fazer os esclarecimentos extremamente importantes para a população. E depois a gente volta para a dinâmica de ouvir todos que vão se manifestar.

Coloca para mim, por favor, o Deputado Federal do Tocantins; e depois a Deputada Federal Cristiane Lopes.

Boa tarde, deputado.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Boa tarde. Tudo bem?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Tudo. Deputada Dr^a Taíssa. A audiência está ao vivo para todo o Estado de Rondônia, tem diversas pessoas nos acompanhando de forma on-line, e aqui no plenário nós temos boa parte da população do nosso distrito de União Bandeirantes, de Extrema, de Vista Alegre do Abunã, de Nova Califórnia. E a gente gostaria muito de escutar o senhor. Nós sabemos o

trabalho que o senhor faz, o senhor é autor da legislação, e essa luta que o senhor vem pela emancipação dos distritos.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Está bom. Boa tarde a todos aí. É uma honra estar falando com vocês, a convite da Deputada Cristiane, nossa deputada do União Brasil. Aqui em Brasília tem também lutado muito. Um abraço à Cristiane, nossa deputada federal aqui pelo partido.

É bem rápido, que o meu voo vai ser agora. O que a gente tem que fazer? Esse projeto, eu tive a oportunidade, só rapidamente, de ser vereador dois mandatos, deputado estadual três mandatos, duas vezes Presidente da Assembleia, uma vez governador e três vezes, agora, federal.

E o Tocantins foi um Estado que deu certo, como Rondônia deu, pela criação do nosso Estado. Foi o mais jovem, o último a ser criado. E deu certo. Quando foi ter essa lei, que ela veio do Senado, do Senador Vicentinho do Tocantins, e eu peguei esse PLP (Projeto de Lei Prioritário/ Projeto de Lei Complementar), é o PLP 137/2015, na época o Deputado Cunha era Presidente da Câmara, e eu peguei aqui na Câmara uma Comissão Especial, e a gente colocou para andar, e está tudo pronto. Eu fui no Estado do Pará; fui no Maranhão; fui em Goiás; fui - acho que Mato Grosso, acho que eu estive uma vez com o Deputado Barranco, eu estive lá; eu fui em vários Estados, foram 12 Estados que eu fui.

Na verdade, são vários municípios que querem ser criados, mas não tem como. Aí a gente fez - está no PLP 137, quem quiser ter oportunidade de olhar, a gente colocou

algumas regras para ser criado: tem que ter vida própria; tem que ter acima de 10 mil habitantes; é uma série de coisas para não... e pode ser incorporação, fusão ou criação. Pode ser feito isso, mas a fusão é muito difícil, ninguém vai querer. Incorporação ninguém vai querer, então vamos trabalhar a criação.

O que aconteceu? Eu fiz, ficou tudo ok. Em 2000 - eu fiquei 2018, 2019, 2020, tentando colocar, mas logo quando eu tentei, para colocar em votação, já passou para o Senado e veio para a Câmara. Quando eu coloquei para votar, o Bolsonaro, eu era vice-líder dele, era contra a criação de novos municípios, eu não sei se vocês lembram. Se a gente colocasse ali, a gente perderia. E se perdesse isso aí, teria que voltar tudo novamente, até começar, seriam mais 10 anos.

Aí o que aconteceu? Eu esperei passar uma data certa, com as lideranças. São Paulo é contra; Minas é contra; os Estados do Sul acham que a criação vai tirar do Fundo de Participação, que é despesa. E, na verdade, não é despesa. É desenvolvimento para o nosso país, tanto para Rondônia, para o Ceará, para Mato Grosso, para Tocantins, os Estados que têm a sua cidade. Eu cito Castelo dos Sonhos, fica a 800 quilômetros, do município-mãe, que é Altamira, e 700 quilômetros de estrada de chão. Lá tem 80 mil habitantes, é inadmissível, não ser um município.

Aqui em Brasília, com o Estado de Goiás, tem um perto aqui que tem 80 mil habitantes e não está sendo criado, tem que se criar. Então, a gente colocou, a lei ficou perfeita, mas o que eu não sentia? Segurança. A segurança a gente tem que colocar e os nossos líderes, agora, o que a gente tem que fazer? O nosso líder é do nosso Partido, tanto a Deputada Cristiane já pediu, eu já pedi, ele vai ser favorável. Então, o que a gente tem que trabalhar agora,

querida? São os Partidos, e cada um trabalhar os partidos, para os partidos, os líderes, aceitarem entrar na pauta e votar ele.

Aí, no começo do governo do PT (Partido dos Trabalhadores), eu ia colocar para votar. Aí, o que aconteceu? Os prefeitos queriam fechar as portas. Eu não sei se vocês lembram aí, a dificuldade. Como é que a gente vai colocar um projeto desse, se os prefeitos querem fechar a porta?

Entendeu, por que a gente não colocou ainda? Está segurado comigo? Esperando a hora certa para a gente construir com as lideranças. Já conversei com o Presidente Hugo. Agora, cada um pode ajudar. Aí no Estado, têm vários Partidos. Se vocês procurarem o líder do PP (Partido Progressistas); o líder do PDT (Partido Democrático Trabalhista); o líder do MDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e cada um aí pedir aos seus Parlamentares - a gente vai pedir hoje no Brasil inteiro -, para cada Estado que tem interesse, procurar o seu líder para a bancada dar o aceite, para não votar contra. Só de não votar contra, já ajuda a gente.

Porque hoje, no painel, todo mundo sabe: "como vota o partido tal?" Quando coloca lá que vota "sim", automaticamente já passa com muita facilidade. Eu tenho certeza, se Deus quiser, se não der esse ano, mas do próximo ano não passa, a gente vai trabalhar todas as lideranças.

Isso aí é bom para o país. Onde foi criado, é só alegria. Ultimamente agora, acho que o STF, ou STJ (Superior Tribunal de Justiça), parece que criou um município, mas a gente não quer criar através do STF nem

STJ, não. A gente quer criar dentro da lei. E o nosso projeto está perfeito.

É só a gente agora ter mais calma, um pouco, já esperamos muito, mas nós não podemos errar. É isso que eu peço para vocês, a colaboração. Eu estou 100%. Eu particularmente - lá no meu Estado -, tem só um município, que é Luzimangues, que a gente quer emancipar. Lá tem hoje 30 mil habitantes, têm uns lá que têm 5 mil, 6 mil, não têm condições.

Como agora o Senador falou, o que me antecedeu, teve município aí com 2 mil habitantes se criando. Aí também não pode, gente. Então, a gente tem que cair em um consenso, de todo mundo. Para a gente poder, realmente, fazer a criação desses municípios, aqueles que têm vida própria; que deem conta de pagar o seu próprio salário; que não vai entrar em área, tirar a área do município-mãe, que tem a sua sustentação financeira. É uma série de coisas que estão lá, mas eu tenho certeza que, se Deus quiser, no próximo ano a gente cria esse negócio.

Se tiver clima, a gente faz esse ano. Aí vai depender de vocês aí consultarem os seus deputados, os seus senadores, que nos ajuda muito isso aí. E eu conto com o apoio de cada um de vocês. Pode contar. Eu já fui, parece que em 12 Estados. Se for preciso, vamos caminhar novamente.

A gente cria, essa Comissão já existe. Mas eu não posso querer fazer política em cima disso, para a gente acabar sendo prejudicado. A gente vai colocar o projeto na hora que a gente entender que é o momento certo, para poder ganhar.

Tem alguma pergunta? Se alguém quiser fazer, estou à disposição para responder.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigado, Deputado Federal Gaguim. Sabemos do trabalho que o senhor vem fazendo em relação ao PLP.

A gente sabe exatamente - eu até estava comentando aqui com toda a população - que tivemos uma decisão do STF para Boa Esperança, e também temos a questão da regulamentação.

Sabemos que tem que ter requisitos, porque hoje, no Estado de Rondônia, a gente vê - nada contra - que o senador falou uma verdade: tem locais com 2 mil, 3 mil habitantes que são emancipados. E é inaceitável a gente ter União Bandeirantes com 30 mil habitantes e a população não conseguir a emancipação.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Esse tem que ser emancipado. Municípios assim não podem ficar de fora. Entendeu, deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - A gente fica muito feliz, e já aproveitamos a oportunidade de estar falando com o senhor.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Se vocês quiserem vir aqui, pode marcar. A gente vem, pode ficar dois dias aqui. E a gente pode agora é ir atrás dos líderes dos partidos. A gente vai somar: quem vai ser contra? São Paulo. Tem alguns parlamentares lá que são contra, mas eu tenho amizade com outro deputado. Digo:

"Olha, se você não quer votar, então nem vai à sessão, faz obstrução..." Entendeu? A gente consegue avançar.

Mas, mostrando a necessidade de se criar esses municípios.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Perfeito.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Eu sou mil por cento favorável, e pode contar comigo. Um abraço para minha Deputada Cristiane, que me ligou - minha amiga -, ela vai nos ajudar muito também aqui.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Perfeito, obrigada, deputado. Algum questionamento?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Alguém tem alguma dúvida? Estou à disposição. Ainda temos uns 10 minutos.

A SRA. CRISTIANE LOPES (Por videoconferência) - Deputada Taíssa? Deputada Cristiane Lopes.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Oi, minha amiga, fico muito feliz. Agradeço todo o trabalho que foi feito para o Deputado Federal Gaguim poder participar dessa audiência, e também já aproveito para passar a palavra para Vossa Excelência.

A SRA. CRISTIANE LOPES (Por videoconferência) - Primeiro, quero cumprimentar e agradecer, Deputada Taíssa. Obrigada pela oportunidade de estarmos discutindo um tema tão importante, tão relevante para o nosso Estado de Rondônia e para o futuro de outros municípios - não só de Rondônia, mas de todo o país.

Quero cumprimentar todos que estão presentes nesta Audiência Pública: toda a população da Ponta do Abunã, União Bandeirantes, todos os nossos distritos, os deputados, todos que compõem a Mesa. Eu não consigo visualizar todos que estão participando, mas quero também agradecer ao deputado federal, meu colega de partido, o Deputado Gaguim, que é muito atuante aqui na Câmara dos Deputados e autor dessa lei. Graças a Deus, estamos unidos e firmes, como ele mesmo disse, para conquistarmos os votos e o apoio.

Apoio das lideranças de outros partidos e de outros colegas deputados - não só da região Norte, de Rondônia, que é o que precisamos para aprovar, mas de deputados de todo o país, que se sensibilizam com essa nossa causa. Então, com sua presença aqui, deputada Gaguim, eu não poderia deixar de agradecer. Muito obrigada por todo o seu empenho e trabalho. Você é um deputado fenomenal. Admiro seu trabalho, você conhece a nossa dor, a nossa luta. Muito obrigada por estar aqui com a gente. Pode contar comigo, assim como toda a população de Extrema.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Por videoconferência) - Muito obrigado. Pode contar comigo. Muito obrigado.

A SRA. CRISTIANE LOPES (Por videoconferência) - Obrigada, Deputado Gaguim. Sei que você tem um compromisso, e a gente vai te liberar. Um abraço, meu amigo. Obrigada pela participação.

Deputada Taíssa, obrigada. É uma honra estar participando da Audiência Pública. Você sabe, minha amiga, e toda a população da Ponta do Abunã sabem que pode contar comigo.

Estamos juntos nessa luta, articulando esse Projeto de Lei para que a gente consiga aprovar aqui na Câmara Federal o projeto de emancipação. É uma luta árdua, mas como o Deputado Gaguim bem informou, é uma luta estratégica. Na verdade, na política, temos que trabalhar com ação, estratégia e com o momento certo, para conseguir as aprovações. Tudo isso que está acontecendo é fundamental: os movimentos, as audiências públicas...

Quero parabenizar o Bispo e toda sua equipe, que têm feito esse movimento em prol da emancipação. Tudo isso é válido, porque ouvir o deputado autor da lei só é possível com uma Audiência Pública como essa, que foi proposta aí na Assembleia Legislativa.

E essa audiência só foi proposta porque lá na ponta, nos distritos, há pessoas como o Bispo e tantos outros amigos que lutam pela emancipação, que estão fazendo a articulação e o movimento. Isso é importante e necessário. As audiências são importantes e necessárias. E aqui, estamos fazendo a nossa parte, movimentando também, para que a gente possa aprovar o projeto.

Obrigada, minha amiga. Agora vou entrar na Comissão de Desenvolvimento Urbano, que também é uma Comissão importante. É nela que tratamos de todas as pautas relacionadas aos nossos municípios. Faço parte dessa

Comissão este ano, aqui na Câmara Federal. Você sabe, toda a população e os colegas deputados também podem contar comigo; Todos os amigos, deputados que estão presentes, vereadores, meu forte abraço, toda a população. Vocês sabem o quanto podem contar comigo.

Obrigada, minha amiga, sucesso a você e a todos que estão fazendo parte dessa audiência. Estou à disposição para o que vocês precisarem.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Deputada Federal Cristiane Lopes. Já sabemos que contamos com o seu voto e com toda essa articulação na bancada de Rondônia para conseguirmos avançar para os nossos distritos.

Aproveito para comunicar que foi encerrada as inscrições das falas. Tem 14 pessoas para falar. Eu vou pedir a gentileza de três minutos para que a gente possa já deliberar os trabalhos e automaticamente encaminhar os Requerimentos. Depois a Mesa vai falar. Agradeço o pessoal que está de forma on-line. Daqui a pouquinho nós vamos ouvir o prefeito e outras pessoas e a Mesa.

Mas, eu quero agradecer ao José Wellington, Prefeito de São Francisco do Guaporé, meu amigo, um prefeito extremamente arrojado que está aqui conosco. Aproveito para agradecer o assessor parlamentar do gabinete do Vereador Márcio Pacle, que também está acompanhando. Deve estar anotando tudo para levar para o vereador e que possamos juntamente ter a mesma voz para que a gente avance nesse trabalho.

Cumprimentar e agradecer Steferson Antônio Silva, administrador distrital de Extrema. Também quero agradecer ao Aroldo, de Rio Pardo, que está aqui representando Rio

Pardo, que também precisa muito de política pública, de asfalto e de condições melhores.

E eu já vou encaminhar a fala para o senhor Itamar Lopes, de União Bandeirantes.

O SR. ITAMAR LOPES MANOEL - Pois bem, em nome do Paulo Lubiana e do Bispo, de Extrema, companheiro que a gente conhece há longas datas, e parabéns por vocês terem puxado essa Audiência Pública junto com a Deputada Dr^a Taíssa.

E o que eu quero dizer é o seguinte: eu moro em União Bandeirante há 22 anos. Cheguei puxando "uma cachorra", aqui também está o companheiro Dim, que é o primeiro fundador de União Bandeirantes, agradecer a esse grande guerreiro.

E hoje a gente vê no rosto das pessoas, vou falar por União Bandeirantes, porque se tem alguém de Extrema, fale por Extrema. A gente vê hoje o olhar das pessoas tão triste por ser abandonado durante 12 anos, que não teve mais investimento, políticas públicas para a União Bandeirantes.

Hoje, ver um povo guerreiro, trabalhador, mão calejada, o sofrimento é grande. Então, a gente está aqui, juntos para que possamos ter essa liberdade de ser um município, União Bandeirantes, como Extrema para que possamos sobreviver. Hoje, eu não tenho os dados do PIB (Produto Interno Bruto) de União Bandeirantes, mas tenho de 2016, feito pela Emater e pelo Idaron, que chegava a R\$ 100 milhões por ano. E, de repente, nós caímos em uma decadência, em um abandono tão grande, porque é de lá que sai o pão que vai ser colocado na mesa de quem está na capital Porto Velho ou em outros municípios.

Então, é por isso que a gente está aqui, em defesa dessa vida, desse povo trabalhador, ordeiro; de pessoas que foram construir as suas famílias lá no distrito de União Bandeirantes, como os outros distritos de Porto Velho, que são 14 distritos que vêm sendo abandonados pelo poder público. Muito obrigado.

A SRA. DRA TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Senhor Itamar. A gente agradece imensamente a sua fala. Essa é a fala verdadeira da população que sofre tanto. Quero cumprimentar o Tiãozinho, que também é uma grande liderança ali de União Bandeirantes. Dim Dim não é diferente.

Eu vou aproveitar e reforçar. As próximas falas, diga o nome e de onde é. Esses registros a Taquigrafia da Casa está colhendo e toda essa documentação vai ser encaminhada para os órgãos competentes para a gente pedir as deliberações.

Já aproveitando o ensejo, Edmo Ferreira, o ex-vereador Dim Dim, morador de União Bandeirantes.

O SR. EDMO FERREIRA ALMEIDA PINTO - Senhora Presidente, em nome de todas as mulheres dos distritos, quero parabenizar pela propositura desta Audiência Pública. Por que eu falo isso? Se você vai acender um fogo, se você não assoprar ele, você pode ter certeza, ele vai apagar. E o que aconteceu no Brasil com essa questão de criação de novos municípios é uma vergonha para a gente. Sabe por que, senhores? "Ah, porque vai aumentar número de vereadores, vai aumentar número de prefeitos", isso é para não fazer.

Ao contrário, o que tem que pensar é que vai chegar naquelas famílias que mais necessitam um SUS melhor. Se a

gente acha que em Porto Velho o SUS não chega, imagina no distrito com 160 quilômetros de distância. Eu falo isso com conhecimento – aqui está o vereador eleito, Vereador Adalto Bandeirantes –, que ser vereador em distrito, representante, um exemplo aqui na capital, é acertar na Mega-Sena.

Hoje, graças a Deus, União Bandeirantes tem um representante. Mas tem vários distritos, como lá em Nova Califórnia, em Vista Alegre do Abunã, que não têm o seu representante.

Sabe o que é uma população que não tem um gari sequer? Um gari? Uma população de 30 mil habitantes. O que nós estamos querendo não é que tenha só prefeito. Nós queremos que esses benefícios cheguem. É por isso que a luta pela criação de novos municípios é importante para o Brasil, é importante para a população que mais necessita.

Se aqui em Porto Velho – estamos falando aqui em Porto Velho, porque a audiência pública é aqui em Porto Velho –, mas lá no Pará, já pensou o que o Deputado Gaguim falou? Um distrito com 800 quilômetros de distância da sua cidade-mãe?!

Nós, com 160 quilômetros, Vereador Adalto, já passamos uma dificuldade imensa! Olha o que nós vamos poder economizar. Não é gasto a mais, não. É economizar, deputada. Porque, para você retirar uma máquina daqui de Porto Velho, você precisa levar ela em outra máquina. Para você levar uns garis lá para aquela região, você precisa pagar diárias e mais diárias para locomover o cidadão que trabalha aqui, deixando a família dele, para ir lá para o distrito, ficar lá em um hotel ou às vezes arrumar uma casa. E não é falta. Não vamos pôr a culpa em prefeito “A”,

em prefeito "B". É porque é difícil para chegar. É muito difícil.

Dinheiro... Esse dinheiro que se União Bandeirante, esses distrito têm, que sai de lá de dentro e vem para os cofres da prefeitura, vai para os cofres do Estado. Não é só o município que arrecada, não. É o Estado, é o governo federal. Só esse dinheiro. Eu não tenho dúvida que nós viveríamos muito melhor. Todos nós. Então, é por isso que nós temos que pensar.

Gente, é preciso criar. É preciso. É preciso criar novos municípios? Sim. Com decência? Sim. Não é justo ter um município que a lei criou, beleza; mas não é justo um município com 1.800 habitantes, enquanto um com 30 mil, com 80 mil habitantes, luta; luta; chora! Você já pensou? Você quer cadastrar um programa do governo federal? Não chega lá! Até as emendas parlamentares que os deputados federais colocam. Isso, deputada, estou falando das emendas parlamentares federais. Até essas emendas, para chegarem lá no distrito, por mais boa vontade que tenha o Senador Bagattoli, que tenha a deputada federal, é muito difícil.

Eu conheço emendas parlamentares da época que o Deputado Federal Lindomar Garçon, isso 10 anos atrás, agora que está chegando. Nós queremos que essas emendas saiam de lá e cheguem diretamente na fonte. Emendas, às vezes, que a senhora, deputada, vai colocar agora; e daqui a oito, nove anos chegarão.

Então, essas são as minhas palavras e peço a Deus que continue dando força a cada parlamentar, para que possa, esse fogo que está aceso, continuar aceso; para que possa, lá na frente — eu tenho fé em Deus — que nós consigamos ver a criação de novos municípios no Brasil. Muito obrigado!

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada pelo seu desabafo.

Quero agradecer ao Padre Pedrinho, da Comunidade Católica de Extrema que se faz aqui presente. É extremamente importante a sua presença.

Vou passar para o próximo orador, mas vamos nos atentar ao tempo, porque tem muitas pessoas para falar e a gente precisa fazer os encaminhamentos.

O Pastor Valcenir Alves da Silva representando o Conselho de Pastores da Ponta do Abunã.

O SR. VALCENIR ALVES DA SILVA - Olá, boa tarde a todos. Quero agradecer à deputada pela propositura da Audiência Pública; a todas as autoridades que compõem a Mesa, e, em nome do Bispo, todos os representantes dos distritos.

O Bispo é um guerreiro dessa causa. Eu diria que Deus escolheu o Bispo para fazer disso um sacerdócio, a sua missão, porque eu lembro que em 2007, quando eu estava chegando para o exercício pastoral, teve a grande luta pelo plebiscito da emancipação; e lá estava o Bispo na frente. O Bispo, naquela época, me procurou e falou: "Pastor, nos ajude a mobilizar essa causa.".

E em todos esses anos a gente vê os distritos lutando por aquilo que é o sonho de todo ser humano, que é ser um ser humano emancipado. E nós sabemos que essa luta da emancipação é a luta pelo direito próprio. É a luta daqueles que querem apenas ter o direito de lutar pela sua sobrevivência, de buscar qualidade de vida a partir do fruto do seu trabalho.

Todos nós que somos pais de famílias, chefes de família, trabalhamos no dia a dia pra subsidiar nossa família. E, às vezes, eu fico pensando, fazendo uma analogia prática, como é que se sente cada família dos distritos quando trabalha e o resultado do seu trabalho, em vez de ser para a sua família local lá no seu distrito, vai para o distrito-sede, e ele não sabe quando é que esse benefício volta?

Quando o governo federal faz toda a discussão do debate de quanto custa criar um município, não custa nada, porque o município não vai receber recurso a não ser o recurso que ele próprio produz. As pessoas não estão pedindo nos distritos para serem sustentada pela nação brasileira. Na verdade, é o cidadão que trabalha lá na ponta que sustenta a nação e sustenta todo o subsídio político que essa nação tem.

Então, Bispo, eu quero aqui encerrar minha fala agradecendo a oportunidade de falar e me solidarizando e deixando essa palavra de esperança de cada habitante que mora em cada distrito: não desistam da vossa luta, do vosso sonho, porque Deus há de vos conceder essa graça, porque vocês não estão pedindo nada além daquilo que vocês são dignos de ter, que é a emancipação dos vossos municípios, para que vocês possam usufruir do fruto do vosso próprio trabalho.

Que Deus abençoe essa luta e cada lutador dela, cada homem e cada mulher, em nome de Jesus.

(Às 15 horas e 37 minutos, a Senhora Dr^a Taíssa passa a presidência ao Senhor Eyder Brasil)

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Agradeço a fala do nobre amigo e pastor Valcenir por sua colaboração nesta tarde de Audiência Pública.

Convido, nesse momento, a Senhora Vereadora Claudia Kafer, da Câmara Municipal de Colniza, do Estado do Mato Grosso. Colniza, do nosso rico Estado do Mato Grosso. Seja muito bem-vinda a esta Casa, a este Parlamento.

Estive alguns dias atrás no seu Estado, com o Deputado Eliseu Nascimento, Presidente da Comissão de Segurança Pública daquele Parlamento estadual mato-grossense. E nós temos um projeto, fazer um fórum só sobre segurança pública, sediado lá, pelo amigo Eliseu Nascimento, lá na Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Com a palavra, Vossa Excelência.

A SRA. CLAUDIA KAFER - Muito obrigada. Sargento Eliseu Nascimento é meu colega de profissão. Sou Sargento da Polícia Militar e agora vereadora. Quero agradecer o convite que nós recebemos, nossa comitiva. Estamos em três vereadores aqui, dois subprefeitos. Somos do distrito de Guariba, Município de Colniza.

Quero agradecer a Deputada Dr^a Taíssa, que acolheu o povo dos distritos aqui e propôs essa audiência. Ela está fazendo o que é necessário para a gente conseguir o apoio.

Eu poderia citar aqui dezenas de exemplos das nossas dificuldades. E eu pensei muito no que eu diria aqui hoje e vou citar dois exemplos que envolvem mulheres. Eu não sei se é a realidade daqui. Eu poderia falar em quantidade e tamanho de território, mas eu vou falar de distâncias. Como policial, hoje, no meu distrito, quando uma vítima de violência doméstica precisa pedir uma medida protetiva de

segurança para tentar salvar a sua vida, ela precisa deslocar 150 quilômetros de distância até uma Delegacia. Ela precisa perder serviço, deixar alguém com o filho e pagar locomoção, alimentação e hospedagem. E ela precisa se deslocar para ir a uma Delegacia pedir uma medida protetiva. E depois retornar. Porque hoje nós não temos delegacia, nós não temos Fórum, Defensoria, nós não temos Detran, Cartório, nós não temos muitas coisas que precisamos.

Como cidadã e vereadora, eu dou o exemplo de uma gestante, de uma mãe que hoje, para ter o seu filho, precisa sair ali do seu conforto, da sua rede de apoio, que são os familiares, ela precisa se desprender dessa rede de apoio, deslocar esses mesmos 150 quilômetros para ter o filho no hospital da sede do município. E isso para a gente é extremamente ruim. Eu precisei fazer isso. Eu precisei fazer isso. Saí da minha rede de apoio, da minha casa, do meu distrito, precisei me deslocar até a sede do município para ter o meu filho de quatro anos. E depois que eu saí do hospital, ou você vai para uma casa de apoio ou para um hotel para você depois retornar para o seu distrito.

E a gente precisa mudar isso. Eu quero que os prefeitos que hoje se colocam contra isso, entendam que temos produtores, que temos pagadores de impostos que dão renda também para os municípios. Nós não estamos pedindo independência, nós estamos pedindo dignidade para essas localidades.

Hoje o meu município de Colniza, do começo ao fim dele, nós temos 425 quilômetros de distância da sede até o Três Fronteiras - que é o popular Guatá, que faz divisa aqui com o Machadinho -, nós temos 320 quilômetros para andar. E lá em Três Fronteiras, não temos nem posto

policial. No meu, temos uma UBS (Unidade Básica de Saúde) e lá em Três Fronteiras, também.

Mas isso não é culpa do prefeito, isso é culpa da logística. Então, esse PLP 137, eu acredito que venha para reparar uma injustiça que nós estamos sofrendo, para reparar uma injustiça. Não é apenas independência que nós buscamos, é dignidade, são políticas públicas, é melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Muito obrigada, eu agradeço o convite e estamos juntos, Mato Grosso, os nossos vereadores dos distritos, vamos juntos buscar o apoio para tentar somar com esta causa. Muito obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Excelentíssima Senhora Cláudia Kafer, vereadora do nosso Estado vizinho, Mato Grosso. Quando eu estive em Mato Grosso, se Rondônia se levantar sozinha para aprovação desse PLC (Projeto de Lei Complementar), junto com o Deputado Federal Gaguim, é uma coisa.

Se Rondônia, se o Mato Grosso, se o Mato Grosso do Sul, se o Acre, se vários outros Estados se unirem e ombrearem juntos, darem as mãos, tenho certeza que a pressão que vai ocorrer na Câmara dos Vereadores para a aprovação desse PLC, será totalmente diferente, efetiva, e resolutiva, e vai ao encontro de atender as nossas necessidades. Obrigado, Vereadora Cláudia. Seja muito bem-vinda.

Convido agora a Senhora Ana Cristina, 1ª Secretária da Câmara Municipal de Costa Marques. Vereadora Ana Cristina.

A SRA. PROFESSORA ANA CRISTINA - Uma boa tarde a todos. Sou a Vereadora Professora Ana Cristina, de Costa Marques. Resido em São Domingos do Guaporé. E quero agradecer aqui, em nome da Deputada Dr^a Taíssa, cumprimentar toda a Mesa de autoridades.

E gostaria de falar sobre o distrito de São Domingos, que, embora seja uma realidade diferente da distância, a 58 quilômetros de Costa Marques, mas é forte economicamente na produção de grãos e na pecuária. Distrito este, decisivo nas eleições municipais, que hoje, conta com três vereadores, na sua representatividade.

Do ponto de vista econômico, a renda *per capita* e PIB do distrito de São Domingos é maior, atualmente, do que muitos municípios, hoje, já emancipados em Rondônia.

Hoje, temos que iniciar essa discussão para colhermos o fruto, futuramente. Eu sei que esta Audiência Pública é sobre emancipação, porém, o nosso distrito clama por essa emancipação, por ser um distrito - e aproveitar o nosso amigo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que está aí, ele sabe da nossa realidade.

Um dos principais gargalos do distrito é a respeito de, por exemplo, um paciente dar entrada na UBS e ter que ir para a sede do município, para ser regulado para o hospital de referência. A renda *per capita* e PIB do distrito é maior, atualmente, do que muitos municípios.

Então, eu peço ajuda de vocês, nossas autoridades. Eu represento aqui o Deputado Estadual Cirone Deiró; o Deputado Federal Thiago Flores, e acredito que juntos, nós podemos sanar. O povo de São Domingos clama pela regularização das terras, que ainda, também não temos.

O povo de São Domingos não pode pagar IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que é uma renda a mais para a cidade de Costa Marques. Não podem pagar IPTU, por conta que não são regularizadas as terras.

Então, peço a vocês, em nome dessa vereadora que vos fala, a vereadora que está representando São Domingos, agora, aqui nesta Casa, e juntos poderemos ser mais fortes para poder sanar esses problemas.

Em nome da nossa Presidente da Câmara, Juliane Duarte, agradecer o convite por estarmos aqui nessa Casa e peço a vocês, encarecidamente: olhem por São Domingos do Guaporé. São 58 quilômetros de Costa Marques, a Deputada Dr^a Taíssa conhece. Ela já esteve lá esses dias. E estamos clamando pela ajuda de vocês. Juntos seremos mais fortes, em nome de São Domingos do Guaporé. Muito obrigada!

(Às 15 horas e 46 minutos, o Senhor Eyder Brasil passa a presidência à Senhora Dr^a Taíssa)

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Vereadora Ana Cristina. A gente fica muito feliz, quanto mais as mulheres têm espaço de poder, e principalmente, trazendo essa pauta super importante.

Passar a palavra agora, para o senhor Divino Geraldo da Silva, Subprefeito do Distrito de Três Fronteiras, do Município de Colniza, do Estado do Mato Grosso.

E agradeço imensamente ao meu colega de Parlamento ter conduzido os trabalhos, enquanto a gente dava entrevista ali, porque nós precisamos fazer uma só voz perante a imprensa para fortalecer o movimento.

O SR. DIVINO GERALDO DA SILVA - Boa tarde a todos. É uma satisfação muito grande estar aqui representando a nossa região do Noroeste do Estado do Mato Grosso, mais precisamente, Três Fronteiras e Guariba. Nós ficamos muito honrados quando recebemos o convite para participar dessa Audiência Pública. Quero agradecer a todos que nos convidaram para nós participarmos dessa audiência. E dizer que, fazer jus das palavras da nossa vereadora, as dificuldades que Três Fronteiras, Guariba, Taquara do Sul, vem enfrentando.

A emancipação de Guariba, nós seremos, não só Guariba será beneficiada, Três Ponteiros também será beneficiada, Taquara do Sul. Na logística, que ela falou, nós sentimos na pele, eles estão da sede a 150 quilômetros, nós estamos a 320 quilômetros, como ela disse, não é culpa do prefeito. E por sinal, o prefeito lá de Colniza, Milton Amorim, apoia a ideia da emancipação de Guariba, porque a distância, nós estamos a 320 quilômetros. Então, tem uma certa dificuldade na segurança, uma certa dificuldade na saúde.

Guariba emancipando para Três Fronteiras, para Taquara do Sul, será excelente para nós, porque vai encurtar a metade da viagem. Então, vai facilitar muito a vida nossa, dos guaribenses, dos Três Fronteiras, para nós ali da nossa região.

É mais ou menos isso que eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade e contar também com o apoio das autoridades de Rondônia para dar continuidade juntamente com a nossa lá do Mato Grosso. Posteriormente, vai ter uma Audiência Pública em Mato Grosso. Gostaria da participação de vocês lá para nos apoiar nessa jornada. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, senhor Divino. É superimportante a fala do senhor. São 300 quilômetros, imagina a distância e a dificuldade de chegar às políticas públicas. A gente agradece imensamente.

Já entrou on-line também na nossa Deputada Federal Silvia Cristina. A gente só vai ouvir o morador de União Bandeirantes e daqui há pouquinho vamos passar a fala para ela também. E ficamos muito felizes porque sabemos que a votação vai ocorrer na Câmara Federal e a sua presença aqui reforça a nossa busca da emancipação dos nossos distritos.

Agora passo a fala para o senhor Josivanio Medina morador de União Bandeirantes.

O SR. JOSIVANIO MEDINA - Boa tarde a todos, fico muito feliz, meu nome é Josivanio Medina, moro na União Bandeirantes desde julho de 2003. Fico muito grato de lembrar que o Dim Dim foi o pioneiro, o cara que teve a coragem de entrar e desbravar aquele lugar, parabéns, Dim Dim. Tudo o que temos devemos a esse homem, eu digo pela coragem que ele teve. Paulo Lubiana e o Bispo fazendo um excelente trabalho à frente desse projeto, buscando. E parabenizar a Deputada Taíssa por ter abraçado o projeto também.

Eu fico contente com a presença dos deputados e vejo que só o Vereador Adalto estava presente do distrito de Bandeirantes. Eu senti a falta de outros deputados e vereadores que deveriam, eu acho, ajudar um pouco mais, dar mais valor a essa Audiência Pública, pois União Bandeirantes, além de ter, segundo o IBGE, 32 mil habitantes, temos ali 8.300 eleitores dos quais votaram nesses deputados, vereadores, que não estão aqui. Inclusive, a Deputado Federal Silvia Cristina, eu estava em

contato com ela. Falei: "Olha, está tendo audiência, o convite.". A Cristiane Lopes foi a mais bem votada, e ela em segundo, colocada em União Bandeirantes, então, ela falou "já eu entro aí". Então, agradecer a atenção dela.

Eu estava olhando aqui, União Bandeirantes não tem mais características de distrito há muito tempo. Inclusive, nós de União Bandeirantes elegemos um vereador com 3.300 votos. Eu estava analisando aqui, cinco municípios de Rondônia, teve prefeito eleito com 1.700 votos, outra cidade com 3.270 votos, outra cidade com 1.298 votos. Outra cidade com 2.421 votos. Então, a União Bandeirantes elegeu um vereador com mais votos que cinco cidades precisaram para eleger prefeito.

Então, nada mais do que essa comparação para mostrar a capacidade que a União Bandeirantes tem para ser um município. E nós já temos muito tempo.

E agora a gente vê, tem fé, está contente por estar tendo esse movimento. Você vê que a população está abraçando, está em cima e no que depende da população, eu creio que a União Bandeirantes vai virar município porque essa luta é antiga para quem mora lá há muito tempo.

Eu trabalho na saúde, sou condutor de ambulância há 15 anos e é só quem trabalha na saúde sabe a dificuldade que é estar enfrentando aquela estrada de poeira. Quando há poeira é porque está boa, quando está ruim é a lama.

Vim até Jaci-Paraná, agora ficou melhor que está até Jaci-Paraná. Mas, nós vemos que Jaci-Paraná teve 65 atendimentos em um dia, na UPA. Desses 65, 36 eram de União Bandeirantes. Então, União Bandeirantes já tem a necessidade de ter uma UPA há muito tempo. União Bandeirantes, eu creio que é o único distrito que tem um distrito.

União Bandeirantes tem a Vila Petrópolis, que hoje pode ser um distrito. Se União Bandeirantes virar município, a Vila Petrópolis vira um distrito. É tanto que eu fiz um documento, como Presidente do Conselho de Segurança Comunitária de União Bandeirantes, pedindo ao Sargento que mandasse uma viatura para patrulhar a Vila Petrópolis, que já é uma cidade.

Então, eu deixo aqui minhas palavras de agradecimento pelo projeto, pela coragem. E no que depender da população de União Bandeirantes, nós já somos município. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Josivanio, obrigada pela fala.

Nós temos mais dez inscritos, então vou pedir a gentileza da questão do tempo. Eu tinha combinado de passar para a Deputada Federal Sílvia Cristina, mas o prefeito de Boa Esperança do Norte, lá do Mato Grosso, tem um compromisso. E eu já vou passar a fala para ele. Quero agradecer imensamente. Foi acionado pelo nosso gabinete e prontamente nos atendeu para colaborar. Foi a pessoa que fez a frente para conseguir a emancipação de Boa Esperança do Norte e a gente sabe que hoje acende a esperança através da emancipação lá de Boa Esperança.

Então, passo a fala para o Prefeito Calebe Francesco Francio, de forma on-line.

O SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO (Por videoconferência)
- Boa tarde, Deputada Dr^a Taíssa. Boa tarde a todos de Rondônia e do meu Mato Grosso também. Conheço alguns casos que já me procuraram, como Ouro Branco, alguém já me falou

de Guariba também, dentre outros casos que a gente sabe que precisa mesmo.

Eu acho, de uma maneira geral, que o Brasil precisa encarar esse assunto de criação de novos municípios, deputada, urgentemente. Isso é uma pauta que o Brasil tem que encarar de frente. A gente sabe o que aconteceu com o passar dos anos, até o ano de 2000, o excesso de criações. Talvez alguns lugares que não poderiam, mas tem alguns outros lugares que não podem pagar esse preço. E foi em busca dessa verdade que a gente lutou todos esses anos, embora o nosso caso seja totalmente diferente, é um caso que nós vencemos judicialmente, o nosso caso é um caso, talvez, ímpar no Brasil.

A lei de criação do município foi no ano de 2000, a Lei 7.264, do saudoso Deputado Nico Baracat, do Mato Grosso. E essa lei teve sua executoriedade suspensa por um mandado de segurança do município vizinho, devido a divisões territoriais. Cada um entende de uma forma, não é? Achavam que perdia muito território e assim foi. Durou mais de 20 anos essa luta.

A gente teve algumas ações dentro do Estado, na esfera da Justiça dentro do Estado, ganhamos algumas coisas em uma decisão na Justiça Eleitoral, mandou marcar a eleição. Depois, no TSE foi suspensa, até chegar em outubro de 2023. Por decisão de oito a três Ministros no STF, foi convalidado o Município de Boa Esperança do Norte, que tinha sido criado no ano de 2000.

Então, o nosso caso é um pouco diferente, mas eu liderei esse processo quase nos últimos nove anos. Então, não sou advogado, mas eu acompanhei muito esse processo e estou à disposição, o que eu puder contribuir para a luta de vocês. Eu moro no distrito há mais de 20 anos. Eu sei o

sofrimento. Nós estamos a 130 quilômetros do município-mãe, embora eu não tenha o que falar do Município de Sorriso.

Graças a Sorriso, inclusive, nós conseguimos iniciar o mandato agora dia 1º de janeiro, com apoio total do município-mãe. Então, a gente sempre foi um distrito muito bem tratado. É claro que todo mundo quer sua independência, sua autonomia político-administrativa.

E, graças a Deus, tenho que agradecer à Justiça Brasileira também, que demorou, mas resolveu o problema depois de muitos anos. E nós estamos, iniciando o mais novo município do Brasil. Estamos hoje com quase seis meses de gestão, de uma forma bem enxuta. Nossa capacidade econômica do nosso antigo distrito de Boa Esperança e hoje Município de Boa Esperança do Norte já é consolidada como uma referência do agro. Então, temos essa parte do agro bem instalada.

Fomos contemplados com a melhoria de logística, algumas estradas estruturais do Governo do Estado do Mato Grosso tem feito um excelente serviço nessa parte aqui no nosso Estado.

Enfim, estou à disposição deputados e demais que quiserem alguma informação. No que eu puder contribuir, estou à disposição.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, prefeito. Eu aproveito para fazer alguns questionamentos.

Quando o STF decidiu sobre a questão da independência econômica, ele chegou, prefeito, a tabular algum parâmetro de valores? Porque eu vi que da quilometragem foi tabulado 130 quilômetros e isso já se enquadra para vários distritos aqui do nosso Estado de Rondônia e a gente busca isso como

parâmetro. Porque, nós temos duas saídas: a regulamentação da lei, uma movimentação política; mas também usando esse parâmetro de vocês por analogia.

Também aqui, nós temos o distrito de Extrema, que chegou a fazer plebiscito semelhante ao de vocês, e tivemos a invalidação da legislação do plebiscito que foi feito via Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Queria que o senhor me esclarecesse.

O SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO (Por videoconferência)
- No nosso caso, deputada, é um pouquinho diferente porque a nossa lei nunca foi declarada inconstitucional. O que aconteceu foi um Mandado de Segurança e esse mandado tinha uma parte do Judiciário que entendia como que ele tinha o poder de fazer a coisa julgada, declarando inconstitucional o município; e o STF determinou que nunca foi inconstitucional. Então, mandou executar a lei. Então, é um pouquinho diferente.

Eu acho, deputada, que nós temos que, uma opinião singela minha, a gente tem que começar o convencimento da própria população e tirar essa imagem da população de que criação de novos municípios se resume em despesa. Nem sempre. Eu acho que, em grande parte das vezes, não vai ser. É uma divisão mais justa para chegar ao serviço nos municípios. Então, a gente precisa começar.

Foi um trabalho que a gente fez aqui na própria população de Sorriso, que é a nossa cidade-mãe. Hoje, inclusive, eu estou aqui na cidade-mãe nossa. Se andar pelas ruas, pelo comércio aqui, todo mundo vê, começou a apoiar, mudou a visão do que era a criação desse distrito.

O que tem que lembrar sempre, deputada, é que quando você tira uma receita, mas você também tira uma despesa do município-mãe. Entendeu? E é só dividir melhor o bolo. E é natural que cada município que contribua para o desenvolvimento do nosso país queira a sua fatia do bolo. E é isso que a gente tem que lutar.

Eu aconselho de uma maneira geral, movimento para clarear para a população o que é, qual que é a dificuldade. E foi isso que a gente conseguiu demonstrar para o STF, essa dificuldade que tinha, o número de alunos, a dificuldade que tinha da distância para chegar na parte administrativa.

De resto, nossa parte jurídica era um pouquinho diferente. Eu acho que esse caso de Extrema se assemelha um pouco; deve ter alguns outros casos que foram criados no ano de 2000.

Tem um pequeno detalhe do nosso processo, que dificultou muito a nossa vida. Foi que, no ano de 2000, quando o município vizinho entrou com Mandado de Segurança, a gente tinha um vício na nossa criação da lei, assim como foi em várias cidades do Brasil: a Assembleia do Mato Grosso tinha mudado o tempo de um ano para a criação de municípios antes da próxima eleição; a Assembleia de Mato Grosso baixou para seis meses. Isso aconteceu no Brasil inteiro.

E, daí, o que aconteceu? Isso foi declarado inconstitucional – essa lei que baixava para seis meses – porque só o Congresso poderia fazer essa alteração a lei federal.

Então, isso dificultou muito. Tanto é que, depois de muitos anos, veio a Emenda Constitucional 57, que convalidou em 2008, convalidou vários municípios, inclusive

aqui do Mato Grosso, que tinham problemas, que tinham sido emancipados junto com o nosso.

O nosso, todavia, não entrou nesses de 2008, devido ao Mandado de Segurança que tinha que impedir executar a lei. Então, basicamente, a gente teve que vencer esse Mandado de Segurança.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada pelos esclarecimentos. A gente observa que a tua fala, prefeito, se enquadra bastante nessa situação em que houve plebiscito lá em Extrema.

Também se enquadra dos requisitos da distância e da independência econômica para a União Bandeirantes e o teu posicionamento sobre essa situação de quantidade de alunos, a questão econômica, nós fizemos questão de convidar o Superintendente do IBGE aqui para passar essas informações justamente para a Defensoria Pública do Estado e também para a OAB, porque a gente vai buscar os dois caminhos: a regulamentação e também a questão da judicialização, porque nós temos aqui União Bandeirantes com 30 mil habitantes. Então, já passou o tempo de se tornar município.

Alguém da população gostaria de fazer uma pergunta para o prefeito?

O SR. AROLDO DE OLIVEIRA LAURINDO - Prefeito, meu nome é Aroldo. O nosso caso, hoje eu moro no distrito de Rio Pardo, mas aconteceu um caso semelhante.

Lá em Nova Brasilândia, eu era Vereador-presidente e tivemos uma incorporação de distrito lá. Porque nós atendíamos com educação, com saúde, com estrada; e o

Município de São Miguel não atendia. E entramos nesse mesmo quesito e eles questionaram também no Supremo Tribunal Federal. Aconteceu que foi derrubado. Já tinha sido marcada a eleição, foi derrubado. E na época caiu na mão do Ministro Lewandowski e o prefeito foi para lá, juntamente com o ex-deputado Valter Araújo, e conseguimos derrubar lá em Brasília. E depois de 35, 40 dias depois, o TSE marcou a eleição, fizemos a eleição, e Nova Brasilândia ganhou e conseguiu essa incorporação em 50% a mais de área territorial.

E é importante isso que o prefeito falou, deputada. A comunidade dos distritos tem que começar já a campanha, igual nós fizemos lá. Nós fomos dentro de São Miguel explicar para a população de São Miguel o que estava acontecendo lá em Nova Brasilândia. E aqui também, nós que somos do distrito, nós temos que começar a trabalhar isso na população de Porto Velho. Já falei isso. Paulo sabe. Na primeira reunião com o prefeito já falei sobre essa situação; já falei também com o Senador Marcos Rogério.

Hoje eu estou aqui contentíssimo com o que já aconteceu lá em Nova Brasilândia, isso, em 2009 fizemos, já foi incorporado, e os distritos, a deputada sabe que nós estamos em uma situação difícilíssima. Rio Pardo, eu acredito que entra nesses requisitos também, tanto populacional como territorial. Nós estamos a 170 quilômetros de Porto Velho, nós temos 3 mil eleitores, nós temos 380 mil cabeças de gado, nós temos muito café, muita agricultura pujante. E hoje a maioria da população, Paulo, não veio para cá porque está em outro movimento, questão da BR lá, mas eu vim aqui porque eu sei que é uma campanha muito grande.

Prefeito, sucesso aí na sua caminhada, meu irmão. E Nova Brasília foi semelhante. Só não foi criação, mas foi incorporação.

O SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO (Por videoconferência)
- Obrigado, obrigado. Então, o que eu puder contribuir nisso aí, estou às ordens, pode pegar meu telefone. Eu até aconselho alguém de vocês a dar uma lida com atenção na nossa ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), lê o voto divergente do Ministro Gilmar Mendes. Ele retrata bastante, talvez assemelhe com muitas situações dessas. Então, prestar bem atenção no voto divergente.

No começo do nosso processo, a relatoria do Ministro Barroso foi contra e teve um voto divergente, do Ministro Gilmar Mendes. Eu acredito tem uma visão de municipalista e vê as dificuldades dos municípios, principalmente pequenos e comunidades. Então, foi um divisor de águas para nós nesse processo.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, prefeito. A gente vai continuar mantendo contato por telefone. E justamente, eu vou passar aqui com o pessoal da Defensoria Pública depois para que nós possamos verificar, até porque tanto União Bandeirantes, como Rio Pardo, como Extrema, têm características muito semelhantes. E que nós possamos trabalhar isso tanto da forma política, pela ADPF, que pode ser pelas coisas, e também judicial, para que a gente inicie um processo judicial para fazer esse trabalho.

Eu gostaria agora de passar a fala para a deputada federal, porque já vou passar para os deputados federais, porque a gente quer o voto deles, favorável à ADPF. Então, para ela não ficar aguardando muito, vou passar a fala para a Deputada Federal Silvia Cristina.

O SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO (Por videoconferência)
- Deputada, só um minutinho, vou me ausentar agora, mas estou à disposição. Se precisar depois ligar para saber os escritórios que trabalharam nessa questão, estou às ordens. Eu vou ter que sair agora, que eu vou voltar para o nosso município agora, esses 130 quilômetros.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Prefeito, obrigada de coração, obrigada pela atenção, pela disponibilidade. Hoje o senhor acende esperança para muitas pessoas. Quando a gente começou o movimento dessa Audiência Pública, a gente teve vários ataques tentando desacreditar, mas está aí a prova: um prefeito que conseguiu, agora em janeiro, tomar posse, porque conseguiu a emancipação do STF. E enche o nosso coração de felicidade, porque tem requisitos semelhantes. Obrigada.

O SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO (Por videoconferência)
- Obrigado, até mais.

A SRA. SILVIA CRISTINA (Por videoconferência) - Obrigada, minha querida amiga Deputada Dr^a Taíssa, minha deputada, prazer estar participando, mesmo que de maneira on-line. Que bom que a tecnologia nos favorece falar, participar e acompanhar também.

Primeiro, Deputada Dr^a Taíssa, eu quero te parabenizar pela atitude que você teve. Quando você fala que alguém quis desacreditá-la, eu sei que você é sempre aguerrida e desconsidera tudo isso que faz para não ir em frente. Você

pode ter certeza que todas essas pessoas que estão envolvidas – eu, a Deputada Cristiane e todos os outros pares com certeza aqui da Câmara –, você pode contar com a bancada federal, eu não tenho dúvida disso, porque é meritória essa audiência, mas especialmente do resultado que isso vai ocasionar na vida de milhares de pessoas. Como mesmo o Prefeito Calebe disse há poucos instantes, distrito que fica a cento e poucos quilômetros, e nós que temos a trezentos, quase quatrocentos, não é?

E, enfim, especialmente para nós que levamos uma bandeira muito gigante, que é da saúde, a gente sabe da dificuldade dessas pessoas em ter que “bater carroceria”, que é assim que a gente fala, em localidades tão distantes e dentre tantas outras dificuldades que se tem. Esse é um assunto que já foi debatido aqui na Câmara. Fico feliz que você aquece esse assunto.

E eu creio que a partir de agora não tem mais parada, a gente tem que seguir, até porque a representatividade de que hoje está aí na Assembleia Legislativa, quero agradecer aí e fico feliz em ter visto o Josi, a Vânia, tantos outros parceiros, vereadores, outros deputados, enfim, agradecer a participação para todos.

Sei que a lista de pessoas para poder falar é grande, não é? O debate é amplo, mas não poderia deixar, mesmo daqui – porque a nossa Sessão começa daqui a pouco –, Mas juntamente com a Deputada Cristiane que já falou, também me coloco à disposição. E podem ter certeza que esse processo, pode e deve acontecer, depende de nós e vamos em frente.

O que não dá é para aceitar essa situação desses distritos longe, sendo penalizados. A família, infelizmente, em dificuldades, inclusive, agradecer a Vânia – ontem, inclusive, a Vânia, lá de Vista Alegre, falou:

"Deputada, e aí? Entra conosco nessa luta.". Eu falei: "Não, eu já estou." Então, só de fato dizer que nós estamos.

E Deputada Dr^a Taíssa, pode contar conosco e com toda a bancada, não tenho dúvida disso, mas especialmente, faço questão de participar em breves palavras, dizer que nós estamos juntos aí nessa luta, porque esses distritos merecem, sim, ser emancipados, ter a sua gestão própria, porque a população precisa de todo zelo e cuidado de perto.

Então, me coloco à sua disposição e de todas as pessoas que estão aí. Muito obrigada e mais uma vez, que Deus te abençoe, minha amiga, aguerrida e com certeza com vitória, muito em breve. Juntos nós somos mais fortes.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Deputada Federal Silvia Cristina, obrigada de coração. Você que tem uma luta brilhante, por um trabalho pela saúde e agora, mais ainda, nessa situação de emancipação. Você conhece bem a realidade dos distritos, anda todos os distritos de Rondônia, e sabe a importância dessa independência. Contamos já com o seu voto, já ficamos muito felizes.

E agora, vamos fazer a articulação nas bancadas, os líderes, para a gente conseguir essa votação, porque esse é o momento. Agora tem ADPF, tanto do Deputado Gaguim, e a gente vê que está pronta, e é só fazer a articulação que a gente precisa. Obrigada por tirar um pouquinho do seu tempo para estar aqui conosco. Gratidão.

Vou passar agora a fala, há dez pessoas inscritas, para a gente poder cuidar do tempo, porque a gente consegue fazer a deliberação dos trabalhos, porque tem muita gente que ainda vai voltar para a União Bandeirantes e são 160

quilômetros. Tem muita gente que vai voltar para Extrema, e é uma quilometragem significativa. Ailton Ribeiro, Câmara Municipal de Colniza, do Estado do Mato Grosso.

O SR. AILTON RIBEIRO - Boa tarde a todos. Sou Ailton Ribeiro, Vereador do distrito de Guariba, Município de Colniza, em Mato Grosso. Quero aqui parabenizar primeiramente, a nossa Deputada Dr^a Taíssa, pela iniciativa desta Audiência Pública. Cumprimentar também, todas as autoridades presentes no plenário, na Mesa. Meus amigos que vieram lá do distrito também, e todo o público presente que está nos assistindo.

E, deputada, falando das criações dos municípios, nós queremos dizer, que nós somos muito carentes de se criar o município de Guariba. A gente está lá, 150 quilômetros da sede do nosso município; temos uma população de aproximadamente 10 mil habitantes. Temos lá, mais de 3 mil eleitores, graças a Deus, nessa última eleição conseguimos fazer 3 vereadores, lá do distrito. Então isso foi muito bom para nós.

E a nossa carência é muito grande, que além de nós, temos o Assentamento Taquaruçu do Norte, com mais de 200 famílias, que fica a 70 quilômetros de nós. Temos também o Três Fronteiras, no qual está com o senhor Divino, aqui representando, que fica a 320 quilômetros. Em Três Fronteiras não tem nenhum médico para atender eles. Uma população de mais de 2 mil pessoas, infelizmente, não temos nenhum médico para atender eles. Em Guariba não tem saneamento básico, não tem asfalto, não tem hospital.

Enfim, a carência em todos os setores é muito grande, na educação, na infraestrutura, a logística toda devido ao tamanho do distrito e a distância. Então, dificulta a

gestão em atender a nossa população, da forma que precisa ser atendida.

Temos um prefeito, graças a Deus, atuante, que faz o que pode, Prefeito Miltinho. Temos aqui, o nosso subprefeito, do meu lado, o Pastor Joselio, que se desdobra "nos 30" para fazer o que pode para atender a nossa população. Porém, devido ao tamanho que o nosso distrito tem, ele foi criado em 2004 e ele ficou com 13.772 Km². Então, dá para se entender o quanto esse homem que está do meu lado aqui, tem que correr para atender o distrito. E tem ali o senhor Divino que ajuda ele.

Então, o que eu quero dizer para a deputada? Que nós, graças a Deus, em Mato Grosso, temos uma bancada de deputados estaduais, federais e senadores, que eu tenho certeza que eles conhecem a nossa realidade, falando aí do Senador Jaime Campos; Deputado Júlio Campos, que é o seu irmão; Deputado Avallone e demais deputados, que conhecem a nossa realidade, já vieram nos fazer uma visita. E eu tenho certeza, deputada, que os nossos representantes vão somar com esse trabalho da criação de emancipação dos novos municípios.

Temos certeza que podemos contar com eles, porque eles conhecem a nossa realidade. Muito obrigado a todos vocês.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada. É muito importante o pessoal do Mato Grosso que está aqui presente, porque a gente já sabe que vocês vão buscar o convencimento dos deputados federais e estaduais de vocês e automaticamente para a gente conseguir a liberação na Câmara Federal.

Passar agora a fala para o Senhor Valdeci Osorio, administrador do município de União Bandeirantes. Só cuidar do tempo, porque ainda tem oito pessoas para falar, mas fica à vontade, que para mim é uma honra te receber aqui e nós sabemos do seu trabalho.

O SR. VALDECI OSORIO PATRICIO - Boa tarde a todos que estão nessa Mesa, que a gente está cumprimentando todas as autoridades pela iniciativa que tem tomado por essa posição tão brilhante.

Deputada Taíssa, parabéns. Quero deixar aqui também, unir a voz, à voz dos amigos, que já tem falado, Dim Dim, Joviano. Paulo Lubiana também que tem estado à frente desse conselho, parabenizando e cumprimentar nosso vereador que está presente e a todos os amigos que já falaram.

Quero cumprimentar todos os nossos amigos que estão no auditório também, nossos guerreiros, trabalhadores, ordeiros, que sabem a importância desse pontapé inicial para que possamos ver o nosso distrito de União Bandeirantes com essa posição de emancipação. Estamos felizes já com esse pontapé inicial.

Sabemos que temos pessoas ordeiras, trabalhadoras ali naquele distrito e a logística é muito distante. Ao final daquela ponta de linha até chegar ao nosso distrito são mais de 100 quilômetros. Pessoas que vêm em busca de seus objetivos de saúde e para chegar até Porto Velho é bem distante. Daqui, Bandeirantes já é 160 quilômetros. Com mais 100, chega a 260 quilômetros. Essa logística realmente se torna muito difícil, o deslocamento até a nossa capital.

Isso é muito importante para que nós estejamos unindo essas forças para atender aquela comunidade ali de União

Bandeirantes. Sabemos que ali existe hoje mais de 28 a 30 mil pessoas e a renda *per capita* daquele distrito é pujante, como na questão da produção de leite, do gado de corte e do café que vem crescendo imensamente naquela região.

Eu creio que todos já conhecem aqui as nossas autoridades, principalmente a Deputada Taíssa já tem ali, bebido do nosso café. E quero parabenizar vocês por estarem nos ajudando, todas as autoridades também, deputados federais, como a Cristiane Lopes, a Silvia Cristina, que está abraçando essas causas e está se colocando à exposição. E quero parabenizar todas as autoridades que estão abraçando essa causa. Um abraço a todos.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Valdeci. Também convido agora a senhora Aparecida Barbosa, de União Bandeirantes. Só os três minutinhos.

A SRA. APARECIDA BARBOSA PORTELA - Olá, boa tarde a todos. Como ela já disse, me chamo Aparecida, sou moradora de União Bandeirantes há 23 anos. E hoje, esse movimento que acontece aqui em prol de emancipação de União Bandeirantes, para nós, é uma batalha já vencida. Eu considero como uma batalha vencida. Somos gratos a Deus porque temos representantes como o Adalto, como Paulo, como o Bispo, que têm lutado incansavelmente por União Bandeirantes.

E eu quero dizer que a emancipação de União Bandeirantes e dos demais distritos, que estamos aqui pedindo, é uma oportunidade de nós caminharmos com as nossas pernas, melhor dizendo, no linguajar mais simples,

da nossa maneira de dizer. Então, por quê? Porque nós temos a dificuldade de estradas. Quem nunca passou por União Bandeirantes, e já não viu que taxista fez estrada, estrada não, mas já fez ponte, que moradores fizeram estradas, que moradores fizeram movimentos para tirarem pessoas doentes.

Então, nós temos toda dificuldade. Aqui o Josi falou a respeito que ele é motorista de ambulância. Eu já andei atrás de uma ambulância, só quem sabe, uma estrada ruim, andar atrás de uma ambulância, eu estou viva por Deus, porque ali é para morrer mesmo. Vou falar a verdade.

Então, vamos lutar para que os nossos representantes, a qual nós elegemos com votos, saímos da nossa casa e fomos lá, e elegemos vocês, deputados, vereadores, senadores, todo o Legislativo de uma forma geral, que vocês olhem com carinho e votem a favor para que nós possamos caminhar. O que nós queremos é só caminhar, porque nós já temos as nossas riquezas, a terra tem produzido.

Então, nós caminhando com as nossas pernas, nós vamos poder ser menos oprimidos por órgãos iguais o Ibama, que tem oprimido os nossos moradores. O Senador falou muito bem, eu gostei da fala dele, porque lembrou que o Ibama tem oprimido os moradores. Tem moradores que estão aqui perdendo propriedade, têm outros que tem a propriedade embargada.

Então, é um caso muito delicado, o povo está sofrendo, as mães estão sofrendo, a população de um modo geral vem sofrendo opressão. Eu agradeço a minha oportunidade aqui hoje. É um prazer.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Aparecida, você falou a voz do povo, meu amor. É isso mesmo. O povo não

aguenta mais. A gente precisa dar liberdade para as pessoas, porque o povo de Rondônia sabe produzir muito bem, a gente só precisa de liberdade. Falou muito bem, parabéns.

Convido agora o senhor Batista, de Vista Alegre do Abunã.

O SR. NEILO BATISTA - Boa tarde a todos. Em nome da Deputada Dr^a Taíssa, eu cumprimento toda a Mesa, meu amigo Vereador Adalto, amigo Deputado Eyder Brasil.

Em nome da Deputada Federal Cristiane Lopes, eu cumprimento todos que estão participando on-line.

Da vereadora de Colniza, Vereadora Cláudia, todos os visitantes que vêm aqui de outros Estados prestigiar e defender a causa dos distritos que nós temos e que são muitos.

Mas, falar de emancipação é falar, primeiramente, de justiça social. E falar de justiça, não se pode falar, e tenho certeza que o meu amigo Bispo vai concordar, sem lembrar do nome do Zé Gaúcho e do senhor Luiz Madeira, que foram dois ícones que afundaram o chão vindo para Porto Velho em busca da tão sonhada emancipação da Ponta do Abunã e o Bispo como companheiro. São dois baluartes que merecem o nosso respeito e, por questão de justiça, têm que ser citados nessa Audiência Pública, têm que ser lembrados.

Essa luta da Ponta do Abunã já vai mais de 30 anos, com direito adquirido. E dista, Vista Alegre do Abunã, que é de onde eu venho, a qual represento, 265 quilômetros de Porto Velho, a sede do município. Nós somos um distrito autossustentável, em número de habitantes, em número de eleitores. Temos uma economia pujante, temos mais de três pedreiras, dentre elas a terceira maior da região Norte, o

que não é qualquer coisa. Nós temos o agronegócio entrando de forma forte em Vista Alegre do Abunã, com mais de 16 mil hectares plantados de soja. A pecuária é uma das maiores de todos os distritos, e é a maior dos distritos de Porto Velho.

E estamos padecendo. Sem contar o número de pessoas que têm morrido por falta de assistência de saúde, as dificuldades que se passa por questões de educação, de segurança. E a segurança não é só a segurança da polícia ostensiva, Polícia Civil ou coisa assim, porque isso tem de sobra. Volta e meia vem o Ibama, a Polícia Federal para reprimir, para repreender o trabalhador. É o que mais tem.

Mas, nós falamos de segurança, que é, por exemplo, você chegar com um filho doente em uma UBS e ter um médico de urgência e emergência 24 horas para atender. Isso faz parte da segurança, porque muitas vezes essa família não tem condições, mas tem que pagar um táxi para levar até o Hospital Regional de Extrema, que distancia de Vista Alegre 78 quilômetros. E quantos acidentes já aconteceram nessa BR com pessoas sendo socorridas? Então, é uma questão de segurança, não é só saúde pública.

Nós temos uma capacidade extrativista muito grande. Indústria madeireira, indústria das pedreiras, como eu já disse, a mineração do Rio Madeira legalizada, várias que desembocam em Vista Alegre do Abunã. E se hoje nós conseguíssemos uma emancipação, englobando os distritos que estão ali em volta, como Fortaleza do Abunã, Abunã e a Comunidade do Arara, nós estaríamos entre o 30º e o 25º maior município do Estado de Rondônia, não só em termos de população, mas também em arrecadação.

Então, nós somos autossustentáveis. Nós não vamos pesar para o governo federal e não vamos fazer falta também

para a nossa sede-mãe, que até hoje tem nos assistido dentro das suas possibilidades, não estamos aqui para criticar. Sabemos que um território tão grande quanto o do Município de Porto Velho é difícil de ser administrado. Os distritos hoje causam desgaste para os políticos de Porto Velho, porque eles não podem dar a assistência que os moradores merecem, que os distritos merecem, e isso os leva a um desgaste político.

Então, é uma questão de justiça, é uma questão de liberdade nós conseguirmos a emancipação dos distritos e, principalmente, no meu caso, de Vista Alegre do Abunã. Obrigado e uma boa tarde a todos.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada. Agora faltam quatro pessoas, fora a Mesa. Os três minutinhos, gente. O Senhor Vereador Wesley Barbicha, da Câmara Municipal de Colniza, do Estado do Mato Grosso. Agradecemos a sua vinda, que veio lá do Mato Grosso.

O SR. WESLEY NUNES MENDES - Boa tarde a todos. A gente está aqui ouvindo todos, o desabafo de muitos, falando das necessidades dos seus distritos. Eu quero falar da qualidade do nosso distrito do Guariba. Os colegas já falaram das nossas deficiências, vou falar da qualidade. Guariba hoje é responsável por mais de 50% da exportação de madeira legal de Colniza.

De Guariba hoje saem mais de mil cabeças de gado por mês, sendo vendido tanto como vaca gorda, bezerro, bezerra. Estamos crescendo na agricultura familiar. Ano passado, plantamos mais de 100 mil pés de café, com cacau. E o nosso distrito tem, sim, condições de ser emancipado, de ser uma

cidade, porque Guariba, cada dia que passa, está crescendo. Lá tem um povo trabalhador, um povo honesto, humilde e gente trabalhadeira. Nós temos mais de mil alunos nas escolas, tanto estadual como a escola municipal.

Então, quero aqui pedir a sensibilidade de todos os deputados federais do nosso Mato Grosso, para poder dar esse voto de confiança para nós e nos ajudar a vencer essa pauta. Isso vai ser importante não só para o Mato Grosso e não só para a Rondônia, vai ser importante para os 15 Estados que estão na luta para emancipar os seus distritos.

É isso o que todos os moradores de distrito almejam: ver o seu distrito emancipado. E, daí, com o distrito emancipado, a gente consegue trabalhar mais folgado. Então, quero agradecer aqui ao senhor Divino, que me convidou através de senhor Vítor, que é o presidente da MEB (Movimento Emancipalista Brasileiro).

Quero agradecer à senhora deputada e parabenizar pela iniciativa. Continue assim, olhando para esse povo, história bonita de cada um desses distritos que estão aqui. Parabéns a cada um de vocês que se deslocaram para vir até aqui. Vocês estão mostrando que têm interesse em ver os seus distritos emancipados. Então, parabéns a cada um de vocês.

É o que eu sempre falo: não existe vitória sem luta. Para a gente ter vitória, a gente tem que lutar incansavelmente. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Vereador Wesley.

Agora passa a fala para Roseli Barbosa, conselheira municipal da cidade, representante dos distritos, ConCidades (Conselho Nacional das Cidades).

A SRA. ROSELI DOS SANTOS BARBOSA - Boa tarde, deputada. Hoje é um prazer estar fazendo parte dessa audiência. Queria agradecer à senhora, porque a gente vê a sua luta, a gente vê que é uma pessoa que se dispôs a fazer essa audiência. Então, assim, quero te parabenizar.

Estava conversando com o Aroldo aqui e ele falou assim: "Roseli, vários deputados, a gente procurou e a Dr^a Taíssa se dispôs a fazer parte desse projeto em si.". E, assim, a gente vê a luta do Bispo. Eu sou moradora do distrito de Extrema. Esse homem, realmente, a gente precisa dizer o quanto ele tem lutado. Ele já enfrentou várias situações, já enfrentou a Polícia Federal, não é, Bispo? E a gente vê o quanto que ele tem lutado para poder sair dessa emancipação.

Então, assim, Bispo, saiba que você não está sozinho nessa luta em nome de todas as pessoas do distrito de Extrema, da Ponta da Abunã, agradecer a você por não ter abandonado essa luta em si.

E, como conselheira, representante do ConCidades, deputada, eu visitei todos os distritos da capital, do município de Porto Velho, e digo com clareza que nós temos, no mínimo, seis distritos que estão aptos a se tornarem municípios do distrito da capital de Porto Velho. Então, são os que têm a qualificação necessária para isso.

E nós precisamos dessa independência, porque nós sabemos as dificuldades que nós encontramos. Eu vejo a vereadora falando de 130 quilômetros.

Eu sou pertencente a um distrito a 312 quilômetros daqui. Hoje nós temos uma ponte, no entanto, um tempo atrás, a gente ainda tinha uma balsa para poder "dificultar" um pouquinho o nosso trajeto.

Então, assim, essa emancipação é uma independência, é um grito de liberdade que todos nós almejamos para o distrito da Ponta do Abunã, como também conheço União Bandeirantes, sei da luta ali dos nossos amigos, nossos guerreiros; e eu tenho certeza de que, a partir desse ato aqui em que a senhora -, com muita bravura, está à frente -, parabéns, mais uma vez.

Obrigada por nos ouvir e obrigada por estar à frente dessa causa. Obrigada de todo o coração.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Roseli. gente sabe do trabalho que você faz lá e é só te parabenizar mesmo.

Agora eu vou passar para a senhora Leide Alves, jornalista e gestora de comunicação do Movimento Emancipacionista Brasileiro (MEB), que é de São Paulo. Espero que leve tudo isso em nível de Brasil, para que a gente possa convencer outros Estados na nossa luta.

A SRA. LEIDE ALVES - Muito boa tarde a todos. Quero cumprimentar as autoridades presentes, parabenizar grandiosamente a Deputada Dr^a Taíssa Souza, que tem realizado um trabalho muito atuante, e essa oportunidade aqui será, sim, muito divulgada, porque nós vemos uma deputada com um trabalho totalmente humanizado. E o que mais emociona, ela dá voz aos invisíveis.

Então, eu quero realmente passar minha admiração como profissional; e também o Senhor Vítor Gonçalves, que há mais de 30 anos atua grandiosamente, incansavelmente, viajando vários Estados.

Nós estamos aqui representando 15 Estados brasileiros. Estou em São Paulo. Também achei interessante a fala do Deputado Gaguim. Por quê? Nós, hoje, temos uma nova formatação, um novo conceito. Então, nós temos lideranças inspiradoras como Paulo Lubiana, que eu pude conhecer, e também como é forte a admiração popular dos distritos com o senhor Bispo.

Isso é muito importante para que possamos fazer novas conexões e apresentar, com força total, as competências com que eles atuam aqui na região de Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Leide. Obrigada de coração.

Vou passar rapidamente aqui, só faltam três pessoas, para a gente já ouvir a Mesa e designar os trabalhos, porque o pessoal tem que voltar e a estrada é longa. Senhor Vitor Gonçalves, ele é Presidente do Movimento Emancipalista do Brasil.

O SR. VITOR GONÇALVES DE SOUZA - Boa tarde, parceiros emancipalistas que estão aqui presentes. Eu gostaria de fazer aqui o discurso que o Fidel Castro faz quatro, cinco horas, mas eu não vou discursar. Eu só vou continuar fazendo o mesmo pedido que a gente está pedindo pelos outros Estados que nós já passamos. E pelo jeito, a senhora já está atendendo esse pedido que todos os Estados estão fazendo aos outros parceiros seus, que são de deputados

estaduais, que são de deputados federais e senadores, que podemos estar colocando um ponto final nesta grande luta.

Eu não quero deixar de citar aqui o nome das mulheres. Nós estamos aqui entre mulheres importantes, brasileiras, aqui da Amazônia, de Rondônia, inclusive a Deputada Estadual Doutora Leide Alves, Dona Maria Garapa, que às vezes eu chamo Maria Doce. E também não podemos deixar de falar aqui o nome da vereadora que é ali do Mato Grosso, nossa grande parceira e que está ajudando e vai continuar dando essa ajuda.

Eu só quero salientar a todas as mulheres, que eu acredito que vocês sabem, mas a primeira cidade a ser formada no Brasil foi em 1532. E quero salientar também que as mulheres passaram a votar depois dessa data, 400 anos depois. Em 1932 é que as mulheres puderam pegar o seu Título e fazer o seu voto.

E o que está acontecendo aqui hoje é muito importante pela ação que a deputada tomou, está tomando e está fazendo. Eu sei que foi a pedido do Bispo. E quero deixar registrado, deputada, por todos os Estados que eu passo, eu sempre friso o nome do Bispo, porque o Bispo defende esse Estado aqui. E na sequência, tive a oportunidade de conhecer o nosso amigo Paulo, ali em Manaus, e também a sua bela esposa. Como é o nome dela, que eu esqueci? Andressa. Pois é, Dona Andressa, muito obrigado. Portanto, eu quero pedir uma salva de palmas para todas essas mulheres aqui de Rondônia.

Deputada, eu vou encerrando, mas eu quero pedir para você o que a senhora já fez. É pedir para o pessoal que a partir do dia 1º de julho nós estaremos ali em Brasília, provavelmente com 90 pessoas, porque virão de 15 Estados brasileiros, e eu creio que essa equipe daqui estará

presente. E a gente percebe, deputada, pelo trabalho que fizemos ali naquela Câmara, que no coração dos deputados federais está plantado esse desejo de aprovar esse PLP. Obrigado, um grande abraço a todos vocês.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada. O senhor Vitor faz um trabalho importante. E essa reunião vai ser justamente para buscar pautar o projeto.

Sebastião Geraldo, morador do Distrito de União Bandeirantes. Só faltam duas pessoas e depois passar à Mesa.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA - Boa tarde, deputada, também o Deputado Eyder. Quero primeiramente parabenizar vocês por esse apoio. E a gente não pode deixar de sempre agradecer ao Bispo. Eu conheço o Bispo já de longas datas, lá de 2007, 2008 - não é, Bispo? - teve aquela votação e Bandeirantes abraçou em peso. A gente fez campanha e votou lá. Agora, também, agradecer ao Paulo, que abraçou essa causa junto. E a gente vê a necessidade que tem de Bandeirantes ser emancipado.

E por isso a gente vê o interesse das pessoas, onde a gente tem que agradecer e parabenizar esse povo que veio para cá. Porque eu tenho certeza, no plenário, hoje, nós temos a grande maioria, acho que 80% é de União Bandeirantes, o que mostra esse interesse que essas pessoas têm, por essa necessidade que temos. Bandeirantes, hoje, não quer regalias, nós queremos andar com as próprias pernas.

A gente sabe as dificuldades que têm. E nós sabemos que lá atrás, quando foram criados municípios, à revelia,

eu acredito que houve esse erro lá, igual a gente sabe, em Minas Gerais tem uma cidade por nome Serra da Saudade e tem uma cidade por nome de Borá, em São Paulo, que tem menos de mil habitantes.

Mas, se houve um erro lá, eu não vejo que o povo de União Bandeirantes e desses distritos que estão aqui hoje, pleiteando isso, que têm que pagar essa dívida. Se houve algum culpado, que corrija lá, mas nós não somos obrigados a pagar pelo erro que teve lá. Nós temos a necessidade de ser emancipados. E por isso, está aqui hoje esse pessoal, que é gente trabalhadora. Eu sei que muitos já falaram e nós sabemos, hoje, da quantidade que produz Bandeirantes.

Bandeirantes hoje tem de tudo, mas falta esse apoio do Poder Público. E sendo emancipado, isso fica bem mais fácil de chegar. Agradeço, muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada. Na hora que eu falei Sebastião, eu conheço como Tiãozinho. Tiãozinho, obrigada de coração.

A gente vai passar a fala, mas antes de passar ao senhor Aroldo, eu quero, com muito carinho, receber o nosso Deputado Federal Fernando Máximo. Cadê o homem? Ele estava vindo de um outro compromisso. É muita gente o cumprimentando, mas vamos lá. O Senhor Aroldo de Oliveira, do Distrito de Rio Pardo.

O SR. AROLDO DE OLIVEIRA LAURINDO - Boa tarde a todos. Como disse a Roseli, quero aqui parabenizar a deputada, Vossa Excelência, porque todas as pessoas, todas as autoridades que foram no distrito de Rio Pardo, eu

comuniquei esse caso. Vamos trabalhar nessa situação da criação dos distritos.

E assim, quando o Vereador Adalto foi agradecer os votos, eu comuniquei, não é, Vereador Adalto? E ele falou: "Estou pronto nessa briga aí, é uma briga minha". Então é importantíssimo isso aí. E depois, o Paulo também fez o convite para que nós pudéssemos entrar nessa briga, também.

Então, parabéns, deputada. O distrito de Rio Pardo estará à disposição da senhora. E têm muitos distritos no Estado de Rondônia que têm esse potencial para ser município também. E eu peço também, deputada, que entre em contato com o IBGE, que possa também fazer um novo levantamento nos distritos.

Eu estou há sete anos no distrito de Rio Pardo, Paulo, e não chegou ninguém do IBGE na minha casa, nem nos meus vizinhos, nem nas propriedades, para saber o potencial que nós temos. Então, como que nós temos um potencial - que nós sabemos o que temos -, e o órgão que é responsável por esse levantamento não chegou ainda nos nossos distritos? Então, é importante isso aí.

Deputada, estamos lá no distrito de Rio Pardo, à disposição, igual falei anteriormente, a maioria da população do Rio Pardo está lá na BR-364, naquele movimento, por causa da criação das reservas, mas eu vim para cá para representar o pessoal e nós estamos à disposição.

E parabéns, sucesso, eu acredito que com esse novo engajamento, agora, se Deus quiser, esse PL (Projeto de Lei) vai ser passado lá em Brasília e vai almejar todos os distritos que têm potencial no Estado de Rondônia. Parabéns.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Aroldo. A sua fala é importante. Essa união da população, fazendo aquela manifestação pacífica na beira da BR, demonstra a força do nosso povo. Já estive lá, semana passada, e a gente sabe o quanto que o povo está sofrendo lá no Soldado da Borracha e nessas unidades de conservação.

Eu passo agora, a fala para o Deputado Eyder Brasil. Ele tem um compromisso, mas estava aqui junto com a gente e agora vai conduzir a fala dele. Obrigada, deputado.

O SR. EYDER BRASIL - Olá, pessoal. Graça e paz. Graça e paz. Amém. Glória a Deus! Quero aqui cumprimentar, inicialmente, a minha amiga, nobre Deputada Estadual Dr^a Taíssa, que vem fazendo um trabalho, um mandato diferenciado em prol de todo o Estado de Rondônia.

Ela, que é da região de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, não se limitou ao espaço geográfico de onde ela obteve mais votos e com a responsabilidade de um parlamentar estadual, tem percorrido os 52 municípios e traz à tona, nessa tarde de segunda-feira, iniciando muito bem a semana, essa pauta tão importante que é a emancipação dos nossos distritos.

E hoje a gente fala aqui de uma forma muito especial os distritos da nossa capital, Porto Velho. Então, Deputada Taíssa, minha amiga, parabéns, que Deus continue abençoando você, a sua vida, a sua casa, o seu mandato e toda a sua equipe.

Quero aqui cumprimentar de uma forma muito carinhosa o meu amigo, o Doutor Fernando Máximo, deputado federal, oriundo de duas categorias muito importantes, que é a categoria da saúde, médico, cirurgião. Seja muito bem-

vindo. Militar também, então entende de segurança pública. Um homem vocacionado por Deus para representar o povo e tem feito isso de uma forma muito, como eu posso falar? Efetiva. Você tem sido realmente um deputado federal que tem trabalhado na Câmara Federal de uma forma diferenciada.

O deputado federal de um Estado trabalha pelo seu Estado. E o Deputada Fernando Máximo, nesses dois anos e meio, tem trabalhado pelo nosso Brasil. Trabalhou nas enchentes no Rio Grande do Sul, trabalhou em outras frentes a nível nacional, porque é um homem público, íntegro, honesto, capacitado e que tem Deus no coração que faz com que guie os passos dele, que direcione os caminhos dele, os posicionamentos dele. Dois anos e meio, se falar algo negativo da sua pessoa, porque você é um homem íntegro, meu irmão. Parabéns, você é um homem temente a Deus e o Senhor tem guiado os seus passos e fará muito mais ainda na sua vida. Eu creio nisso. Parabéns.

A sua presença muito nos honra aqui enquanto Parlamento. Essa Casa, essa Assembleia Legislativa está aqui de portas abertas sempre para a sua pessoa, para o seu mandato e queremos estreitar laços em prol do nosso povo rondoniense. Muito obrigado.

Cumprimento aqui meu amigo Tiãozinho, do distrito de União Bandeirante. Tiãozinho já foi vereador da nossa capital, Porto Velho, e tem ainda um trabalho em prol daquele distrito de União Bandeirantes. Muito forte. E, Tiãozinho, seja bem-vindo a este Parlamento, seja bem-vindo a esta Casa. Tenho certeza que os planos de Deus ainda te surpreenderão.

Quero cumprimentar meu amigo Batista, de Vista Alegre. Batista, um amigo que a política nos deu lá em 2018, nas nossas andanças, pelo nosso Estado. E um líder nato,

empresário, farmacêutico, mas que exerce uma liderança muito grande no distrito de Vista Alegre. Seja muito bem-vindo, meu irmão.

Quero cumprimentar aqui, de uma forma muito carinhosa, o Padre Pedrinho, de Extrema, foi meu pároco na paróquia São Luiz Gonzaga, um homem de Deus, um homem que realmente torna a paróquia, a comunidade religiosa que ele dirige, relevante em suas comunidades. Não à toa saiu lá de sua igreja, de sua comunidade cristã, para estar aqui tratando uma pauta que para muitos poderia ser só apenas uma pauta política.

Mas o Padre Pedrinho, que já esteve fora do nosso país, servindo a Deus com a sua vida aos povos africanos, hoje está aqui, mais uma vez, reafirmando o posicionamento dele como homem de Deus. Não apenas dentro das quatro paredes da igreja, mas fazendo a sua comunidade local ser representada pelo Senhor. Seja muito bem-vindo. E um esportista, um atleta, não é? Da última vez que eu estive em Extrema, consegui jogar um futebolzinho lá com o Padre Pedrinho lá e o homem é bom das pernas, tá?

Vou cumprimentar aqui o Aroldo, de Rio Pardo. Muitas vezes aquele distrito passa despercebido pela capital. Muitas pessoas acreditam ainda que Rio Pardo faz parte de Buritis; não, Rio Pardo é nosso, é de Porto Velho e muito bem representado aqui pelo Aroldo.

Queria cumprimentar aqui todas as vereadoras, os vereadores de fora, de Mato Grosso, os representantes que vieram de outros Estados a Rondônia. Sejam muito bem-vindos. Espero que tenham degustado o nosso tambaqui, o nosso peixe aqui, que tem ganhado não só o país, mas tem ganhado o mundo. É uma das nossas especiarias, é uma das

nossas culinárias, um prato típico nosso aqui de Rondônia. Sejam muito bem-vindos.

Sinto falta aqui, Deputada Taíssa, de Jaci-Paraná, a senhora que já serviu na nossa Polícia Militar, lá naquele distrito tão importante de Jaci-Paraná e também de Nova Califórnia. Mas Deus quis que fossem vocês que estivessem aqui. O Bengala está aí? Cadê o Bengala? Bengala, meu amigo. Então, Jaci-Paraná está muito bem representada. Bengala, se quiser, vem aqui, tem espaço aqui embaixo ainda. Cumprimentar a todos vocês da nossa galeria, os meus amigos de União Bandeirantes que estão aí, como o Tiãozinho falou, quase 80%.

Deputada Taíssa, só quero reafirmar mais uma vez o meu agradecimento por ter trazido essa pauta para debatermos. Já me comprometi com a Deputada Taíssa de estar em Brasília no próximo mês, juntamente com ela e outros representantes aqui do nosso Estado. Eu tenho falado e o Batista sabe dessa nossa demanda, não é, Batista?

Desde 2019, quando assumimos o mandato, nós buscamos levantar essa pauta, dialogar essa pauta, muitos entraves. Prefeitura que não queria essa emancipação aqui no nosso município, mas já reconhecíamos, desde então, que a arrecadação, que o PIB dos distritos é maior que muitos municípios aqui de Rondônia. Que se nós deixássemos os distritos caminhar com as próprias pernas, eles iriam crescer e arrecadar por conta própria.

Então, o que já foi falado aqui, que distrito emancipado gera mais despesa para o Estado, isso é mentira. Isso é mentira.

E hoje eu falo, depois de quatro anos de mandato, na minha primeira passagem por esta Casa, eu vi o quanto os distritos de Porto Velho arrecadam. Essa arrecadação não é

revestida em benefícios para a população. Essa arrecadação não é revestida em segurança, em saúde, em educação, em infraestrutura.

Nós temos ali o distrito de Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre, Rio Pardo, que você pisa nas ruas ali na época da seca e a poeira cobre os seus pés, que o volume de pó da poeira é tão grande. E para onde estão indo os impostos dessas arrecadações?

Então, nós temos trabalhado aqui neste Parlamento com esse sentido, com esse pensamento. E uma vez que nós temos hoje uma jurisprudência para que os nossos distritos aqui sejam emancipados, nós não vamos retroagir, nós não vamos nos parar. Nós vamos avançar nesse sentido.

E eu cumprimento aqui, de uma forma muito carinhosa, os nossos líderes natos, que não precisam de mandato político para exercer a liderança, que é o Bispo e o Lubiana. Então, parabéns por vocês não terem desistido. Contem aqui com toda a força da Deputada Dr^a Taíssa, do Deputado Eyder. E onde essa mulher aqui aguerrida, essa mulher forte, me levar para debater, para trabalhar essa pauta, eu estarei aqui a serviço, junto, como parlamentar, como homem público, como porto-velhense que eu sou, porque eu sei da necessidade urgente da emancipação dos nossos distritos.

A todos, fiquem com a paz de Deus e o meu muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Deputado Eyder Brasil. A gente fica feliz porque você, sendo um deputado da capital, já posicionando um voto favorável na

emancipação e já podendo ser um instrumento de esclarecimento para a população da capital.

Aproveito aqui, tem uma pessoa o Claudeir Netto, vou passar a fala. Ele é secretário do Conselho Comunitário do Distrito de União Bandeirantes, tendo em vista, que ele acompanha todo o trabalho do distrito.

E a gente vai para uma pessoa que está on-line e já para a Mesa, e então já encaminhar os requerimentos aos órgãos competentes.

O SR. CLAUDEIR NETTO - Boa tarde a todos. Meu nome é Claudeir Netto, como a deputada já colocou, sou secretário do Conselho. Esse Conselho no qual, nós nos reunimos todos os meses e lá nós debatemos assuntos atuais e assuntos de longos prazos também. Mas, dentro desse Conselho, o local que todas as lideranças são convidadas a participar, foi lá que o Bispo trouxe essa notícia. "Vamos abraçar a emancipação." Essa PEC que foi aberta, em que nós temos essa possibilidade de ser emancipado. Junto com o Paulo, que é Presidente. O Paulo não teve outra coisa a dizer, a não ser: "Vamos sim, vamos abraçar e vamos levar essa pauta adiante."

Então, quero cumprimentar o Bispo e o Paulo em nome de todos os membros que aqui estão, todo esse público que está participando. E quero dizer mais, hoje nós temos uma deputada que conhece os distritos, eu quero aqui dizer que muito mais do que muitos moradores no distrito. A Deputada Dr^a Taíssa conhece os distritos porque ela vai, porque está presente, ela participa do Conselho.

E o nosso Conselho não é de política, mas para debater essas ações para chegar até as autoridades. Então, hoje, em

nome da Deputada Dr^a Taíssa e do Vereador Adalto, cumprimento toda essa Mesa de Autoridades.

E quero dizer, hoje nós temos uma força muito grande em nossos distritos, que são as igrejas. Quando nós levamos esse convite para os pastores, para os padres, para os presidentes de associações, para os comércios, nós tiramos momentos que nós poderíamos estar com a nossa família, momentos que nós poderíamos estar no lazer, final de semana, mas fomos e levamos esse convite.

E quero agradecer de coração a todos os pastores, padres e os comerciantes que abraçaram. União Bandeirantes hoje está aqui com clamor para que nós possamos lutar por essa emancipação.

Então, os deputados federais, estamos aqui com Fernando Máximo, Cristiane Lopes e Sílvia Cristina, já deram o seu parecer que vão votar favorável. Nós temos os deputados estaduais para fazer essa ligação. A Deputada Dr^a Taíssa abriu o seu gabinete com toda a assessoria e nós estivemos, não foi uma ou duas vezes, nós estivemos aqui e junto conosco ela pegou o seu telefone e ligou para todas as autoridades.

Nós estivemos na Câmara dos Vereadores, parabênizo o Vereador Adalto, mas aqui era para ter mais vereadores presentes. Quando os vereadores falam que estão juntos com os distritos, é nessa hora que precisam estar juntos. Os deputados estaduais, nós estamos na Casa. A Deputada Dr^a Taíssa fez o convite a todos. Agradeço aqui ao deputado que esteve presente hoje, o Deputado Eyder Brasil, mas nós precisávamos ter mais.

Então, gente, nós não estamos aqui para passear. Nós viemos de União Bandeirantes com dinheiro próprio. Não viemos aqui em aluguel de ônibus, não. Nós viemos aqui,

tiramos o dinheiro da gasolina, colocaram o carro à disposição para estar aqui. Para quê estar aqui? Para que aqui nós possamos ter as autoridades; e quando nós chegamos aqui – agradecemos por vocês estarem aqui – mas nós queríamos muito mais. Nós queríamos mais autoridades abraçadas. O Ministério Público estar aqui.

Enfim, nós vamos lutar e se depender de União Bandeirantes, um distrito de 160 quilômetros, que tem mais de mil quilômetros de estrada; que tem uma unidade de saúde para atender essa população; e que tem uma produção gigante.

Já foi feito esse estudo, esse dossiê, que vai chegar na mão de vocês e vão ver o quanto que é a nossa produção: mais de 20 mil sacas de café, mais de 570 mil cabeças de boi, mais de 70 mil litros de leite diário. Nós não somos um pequeno distrito; nós somos um gigantesco distrito e nós merecemos ser município.

Então, viemos aqui em clamor, dizer a todas as autoridades: “Olhem por nós! Vamos juntos, porque a liderança não vai desistir, não.”.

Eu queria estar agora olhando no olho desse público que está aqui, que encheu esse auditório. Como eu disse, com o dinheiro do seu bolso, mas marcou presença, porque tem um sonho e tem um desejo.

E agradeço de coração ao presidente Paulo e ao Bispo, que abraçou esse momento.

Deputada Dr^a Taíssa, não poderia deixar de dizer uma coisa. Nos últimos dias, nós colocamos nas redes sociais, nós passamos casa por casa, convidando as pessoas para estarem aqui presentes.

Saiu um vídeo desanimando a população. Um vídeo de um vereador do Município aqui de Rondônia, dizendo que isso não era possível. Nós voltamos a dizer para essas pessoas, "é possível". E nós precisamos reanimar. Essa pessoa que postou, pode não acreditar, mas nós acreditamos. E nós vamos à luta. Aonde for, nós vamos à luta. Nosso muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Claudeir, eu quero te agradecer. Sua fala é muito importante. Às vezes a pessoa não tem conhecimento e fala ao vento. E automaticamente a gente viu aqui um prefeito que foi emancipado e tomou posse agora em janeiro de 2025.

Então, nós não estamos fazendo política ou politicagem com ninguém, não. A gente está atrás de um trabalho sério. Aqui está o líder das emancipações do Brasil. Já temos 15 Estados da Federação na mesma causa. Conseguimos reunir três deputados federais de Rondônia. Estivemos com o Senador da República aqui falando e apoiando a causa. Falei com o Senador Marcos Rogério, só não veio por uma questão familiar, mas já declarou apoio à causa. É com união. É com trabalho.

Até ontem ninguém acreditava que o melhor hospital do Estado poderia ser em Guajará-Mirim. Eu entrei nessa Casa aqui, na Assembleia Legislativa, e falaram para mim que era impossível. O "impossível" está lá, de pé, entregando saúde para as pessoas.

E é por isso que eu acredito, sim, na emancipação; em dar dignidade para as pessoas. Nós não podemos desistir de nada. Como eu não desisto dessas 11 unidades de conservação que foram criadas do dia para a noite, serem canceladas; que é o maior absurdo feito nesse Estado.

Um Estado do agronegócio. Um Estado forte. Um Estado que planta. Um Estado que coloca comida na mesa; que a gente vai lá em União Bandeirantes e pega um café maravilhoso, que é o povo que produz. E dizer que aqui tem que ser declarada reserva?

Deputado Federal Fernando Máximo, isso é um tremendo absurdo no Estado de Rondônia, e nós, como parlamentares, temos o dever de lutar e falar que o povo de Rondônia não vai aceitar nada goela abaixo.

E digo mais: todos os políticos foram convidados. Todos os vereadores da Câmara Municipal foram convidados. Cada um tem os seus compromissos, mas eu digo, como deputada aqui dessa Casa: faço questão de estar aqui, porque a causa de União Bandeirantes, a causa de Rio Pardo, a causa de Extrema, de Nova Califórnia vai ter voz através do meu mandato.

Agora, já encaminhando para a Mesa, somente de forma on-line, o senhor Luiz Farias, que é Secretário Nacional do Emancipa Brasil, do Estado do Ceará, a gente o convida para falar, e, depois, a gente encaminha para a Mesa, para poder deliberar os encaminhamentos para as demais autoridades.

O SR. LUIZ FARIAS (Por videoconferência) - Boa tarde a todos. Aqui no Ceará são 18 horas e 05 minutos. Eu estou acompanhando atentamente desde o início, mas inicialmente eu quero parabenizar a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Estadual Eyder Brasil, o Deputado Carlos Gaguim, que é o relator do PLP 137, é um defensor assíduo das emancipações. Também, de forma on-line, a Deputada Cristiane Lopes, a Deputada Silvia Cristina; o Deputado Fernando, que aí está; e não deixar também de mencionar o nobre senador que foi o primeiro a usar a palavra.

Bem, eu sou daqui do Ceará, eu defendo o distrito de Jurema. Jurema é do Município de Caucaia, hoje tem 158 mil habitantes. Para vocês terem uma ideia, nós fazemos parte da região metropolitana de Fortaleza. A Jurema é uma área conurbada da capital. E para o convencimento, hoje temos total apoio, tanto do município-mãe, como todos os habitantes do distrito, mas a gente esbarra na lei. Não tem uma lei específica que dê às Assembleias a competência de criar seus municípios.

Mas, só para demonstrar aqui para vocês, o nosso distrito hoje emancipado, ele já seria 4.0 de FPM (Fundo de Participação dos Municípios) com a receita de mais ou menos, aproximadamente, R\$ 45 milhões. O poder de convencimento para que a gente possa conseguir o "sim" na época do plebiscito é a gente provando que a criação de municípios não trará prejuízo nem para o município-mãe, nem para os outros municípios do Brasil e muito menos para a União. Por quê? Porque hoje toda a arrecadação, tanto federal, estadual, ela faz parte de um bolo. E esse bolo hoje é dividido em 5.571 fatias. Amanhã, vamos supor que 10 ou 100 distritos se tornem municípios. Então o que vai acontecer? Haverá uma redistribuição dessas fatias de bolo, então todo mundo vai contribuir.

Mas, o que eu quero dizer que aqui, o que a gente usa como poder de convencimento? Por exemplo, hoje o Município de Caucaia, com mais de 370 mil habitantes, a renda *per capita* hoje para cada morador é de R\$ 308,00. Com a emancipação da Jurema, mesmo tirando os 158 mil habitantes, essa renda *per capita* só subirá para R\$ 332,00. E os habitantes do novo município, do Município de Jurema, ele já nasce com uma renda *per capita* de R\$ 406,00.

Então, a gente prova com isso que a emancipação, além de tudo, trará um ganho imenso no social, na educação, em

tudo. Por quê? Porque nós vamos gerir os nossos recursos, nós vamos saber quais são as reais necessidades. Porque ora, hoje Jurema, o nosso distrito, contribui para Caucaia com 37% da arrecadação de Caucaia. É gerada dentro do distrito de Jurema. E o que volta para a população da Jurema? Não volta, porque o máximo é 10%.

Então, essa nossa luta é uma luta válida. A gente quer também ou a aprovação do PLP 137, mas nós temos também a PEC, foi elaborada por nós emancipalistas, e o Bispo esteve aqui conosco na época da realização do 1º Encontro Nacional de Líderes Emancipalistas, promovido pelo Emancipa Brasil, aqui no meu distrito. O Bispo esteve presente. E nós concebemos uma PEC e entregamos para o Deputado Danilo Forte, que é o autor dessa PEC.

Então, a vantagem da PEC com relação ao PLP é porque a PEC não passa pelo crivo da Casa Civil. Ela é automaticamente promulgada pela Presidência da Câmara, do Congresso

Então, deputada, eu quero parabenizar a senhora, parabenizar o Bispo, parabenizar todos que não mediram esforços para realizar essa audiência. E aqui também nós estamos na luta e torcemos para que a emancipação venha para o bem, para a alegria de todos os nossos munícipes, nossos habitantes dos distritos.

Uma boa tarde e obrigado pela oportunidade de estar participando de um ato tão importante como esse.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, senhor Luiz Farias. A gente observa que as mesmas dores que a gente tem, no Ceará não é diferente. Mas, já encaminhando para as demais falas, convido agora o senhor Aparecido

Bispo, morador do distrito de Extrema, a qual ele e o Paulo Lubiana me trouxeram essa demanda dessa Audiência Pública. Convido para a fala.

O SR. APARECIDO BISPO DE OLIVEIRA - Gostaria de cumprimentar a todos. Para nós é uma grande satisfação, uma honra estarmos aqui nessa Audiência Pública. Ao longo da nossa luta, da nossa história na região da Ponta do Abunã; no distrito de Extrema, de Rondônia; nas caminhadas a Porto Velho; Brasília, me parece que essa é a primeira Audiência Pública a ser realizada aqui na capital com um tema de grande relevância, que é para todos nós, do Estado de Rondônia e para o Brasil.

Eu quero aqui, de antemão, cumprimentar, iniciando a nossa fala, cumprimentar a Sua Excelência, a Deputada Estadual Dr^a Taíssa, proponente desta Audiência Pública, que gentilmente acatou a nossa proposta, a proposta de Rondônia, em uma Audiência Pública realizada no ano retrasado, 2023, no distrito de Extrema, de Rondônia, onde nós discutimos a questão da mata pública, incluimos na pauta a emancipação.

O encaminhamento foi a realização desta Audiência Pública, com a participação e a presença da nossa turma, nossos amigos e parceiros neste projeto, União Bandeirantes, que na época do plebiscito, votou 100% a favor de Extrema, na consulta plebiscitária, quando foi realizada, em 28 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, cumprimentamos Sua Excelência pelo apoio. O Senador Jaime Bagattoli, que já se manifestou. O Senhor Deputado Federal Fernando Máximo, também, que já tem se manifestado na tribuna e propondo colocar-se em ordem, a votação.

Também, o senhor Hudson Delgado Camurça, Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da Ordem dos Advogados. O senhor Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público. Luiz Lobato, Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Vereador Adalto, aqui representando a Câmara Municipal. Também, o Paulo Lubiana, representando o nosso grandioso distrito de União Bandeirantes. E o Bispo aqui da Ponta do Abunã, de Extrema, de Rondônia.

A Senhora Deputada Federal Cristiane Lopes, também já falou, on-line. Também o Deputado Federal Carlos Henrique Gaguim. E o Senhor Luiz Farias, Secretário Nacional do Movimento Emancipa Brasil, residente no Estado do Ceará. O Senhor Calebe Francio, Prefeito do Município de Boa Esperança do Norte, que também já ouvimos falar.

Eu quero me dirigir a todos vocês, aqui, presentes, na pessoa da Vereadora Cláudia, eu quero cumprimentar todos os mato-grossenses, todos os vereadores que estão aqui presentes, representando seus Estados, abrilhantando ainda mais, a nossa Audiência Pública.

E, também, não posso deixar de referendar a presença da nossa amiga de longas datas, Maria Garapa, que é conhecida, Presidente da Federação de Emancipação do Estado do Maranhão - se deslocou para estar aqui. A gente não pode deixar de registrar, recebendo aqui o Estado do Maranhão, temos vários amigos lá, que lutam também nessa pauta, como a Rizelda, a Auricélia, também que são parceiras desse projeto.

Também conhecendo aqui a senhora Leide, jornalista, também dando cobertura, de São Paulo, conhecendo o nosso grandioso e rico Estado, que é Rondônia. Também, não podemos deixar de mencionar aqui o senhor Vitor,

representando aqui o Estado do Pará, que nesta grande Audiência Pública, nessa caminhada de articulação, nós precisamos disso: movimentar as nossas autoridades, movimentar os nossos distritos.

Também lembrando aqui, como remanescente do Movimento Emancipa Rondônia, o ex-vereador Dim Dim, Tiãozinho e também, o Bengala.

Antes, nós tínhamos como protagonista, em 2010, 2012, como luta da emancipação, tínhamos o distrito de Tarilândia e Extrema. Hoje, nós temos Bandeirantes e outros distritos que também estão aqui presentes, como o Rio Pardo, nessa batalha, somando força nessa articulação.

Não posso também deixar de mencionar a participação e a presença do nosso administrador de Extrema, o Steferson, o Padre Pedrinho também, abrilhantando, dando essa força aqui; e também, o Pastor Valcenir, na representação da Ordem dos Pastores, a Roseli aqui presente, que é do nosso distrito.

Eu não quero ser redundante na nossa fala, o Batista, da minha região, Ponta do Abunã, que é residente em Vista Alegre, fez um resumo. Eu quero aqui acrescentar, Batista, se nós tivéssemos alcançado a instalação do nosso município, em 17 de março, conforme era vontade do ex-governador, hoje, Ivo Cassol, hoje nós não seríamos o 23º, como você colocou, nós seríamos o 33º município do Estado de Rondônia.

Olhem quanto a região da Ponta do Abunã, deputada, perdeu, Deputado Fernando Máximo, em função da falta de um entendimento político. No nosso entendimento, faltou a vontade política de se instalar o município de Extrema, de Rondônia, naquele período.

Eu quero pontuar, nós estamos em dois pontos aqui, a questão política e a possibilidade da ação judicial, em relação a essa demanda nossa, que é o nosso sonho da instalação do nosso município. Eu quero me referendar aqui ao artigo 137, eu sempre foco na convalidação dos plebiscitos. Eu tenho chamado a atenção, no artigo 24, chamamos a atenção das nossas autoridades parlamentares, principalmente dos nossos federais, no Art. 24, que diz "São convalidados os plebiscitos (...) até 31 de dezembro de 2013". E também no Art. 18, "Enquanto não forem eleitos e empossados o Prefeitos, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nem editadas normas próprias, o Município objeto da criação ou fusão será regido e administrado pelas normas e autoridades do Município de origem". Aqui tem um perigo, que chamamos a atenção das nossas autoridades parlamentares.

Na discussão, quando essa proposta for levada a plenário, já passou pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 2018, tivemos a oportunidade de estar lá na aprovação do relatório do Gaguim e chamamos a atenção para esses pontos. Porque na PEC, no PLP 98, quando nós nos mobilizávamos para ir à Brasília, em 2011, 2012, mais ou menos nesse período, nós, em um grande evento de Audiência Pública, popular, com a presença de dois deputados federais e senador, nós aplaudimos a aprovação do PLP 416, que é o mesmo que o 98 que nasceu no Senado Federal, e se discutia exatamente a aprovação dessa lei, Deputada Dr^a Taíssa. E lá, para nossa surpresa, reconhecia apenas os municípios criados até 31 de dezembro de 2006. Foi uma tapa na nossa cara.

A lei foi aprovada, mas a Presidente da República na época vetou esta proposta e foi uma correria para a Casa Civil, secretário da Presidência da República, para buscar

dispositivo para considerar o plebiscito realizado. Pois então, a partir dos Vetos, se partiu para outra caminhada que foi a proposta do PLS 104, também do Mozarildo Cavalcanti, que também logo em seguida, em 2014, me parece, foi vetada.

A partir daí então se discutia uma nova oportunidade, um novo caminho para se buscar a emancipação. Aí nasce, então, a proposta do PLP 137, juntou as duas propostas, a 98 e a 104, e se criou essa proposta, que é bastante impeditiva no conceito da equipe econômica daquela época. A 104 abriu uma brecha para criar mais de 2 mil municípios. E orientaram a Presidente da época a vetar a proposta.

Então, foi quando nasceram os movimentos Emancipa Brasil e outras correntes emancipadoras do Brasil, onde o senhor Vitor participa, e todos os nossos parceiros que lutam.

Mas, aqui não se discute corrente emancipadora. O que se discute aqui é a emancipação dos nossos distritos de Rondônia e do Brasil. É isso que nós precisamos buscar. É a unidade dos movimentos brasileiros de emancipação, a unidade dos distritos pelo Brasil a fora para somar força perante as nossas autoridades parlamentares, junto ao relator, para que possa colocar em breve a Proposta de Lei Complementar e regulamentar o inciso IV da Constituição Federal. E assim, possamos ter o direito de autonomia para regir o nosso destino, não ficarmos de pires na mão pedindo esmola para um e outro; pedindo para um vereador ou outro que muitas vezes não consegue ter a paciência e o respeito de determinado prefeito para dar a condição para os distritos trabalharem nas suas demandas, como é feito as reivindicações da nossa comunidade. Então, é preciso urgentemente.

Cada distrito tem a sua peculiaridade. Nós observando aqui, deputada, a questão da distância. Eu quero parabenizar a senhora pela sua interpretação dos parâmetros que a senhora visualizou na proposta de emancipação autorizada pelo STF de Boa Esperança do Norte, da questão das distâncias ali. Excelente. Quando recebemos a informação em 08 de março de 2023.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - O tempo. **(fora do microfone)**

O SR. APARECIDO BISPO DE OLIVEIRA - Está ótimo, já vou fazer um resumo aqui. Em 2023, da decisão do Supremo Tribunal Federal em autorizar a criação do Município de Boa Esperança do Norte. Nasceu uma esperança, revitalizou, Rio Pardo, a vontade de continuar e sempre lutando, nunca desistimos dessa luta, mas nos demos mais força. Foi onde nós buscamos o apoio de vários parlamentares, mas não encontramos porta fechada. E nós marcamos Audiência Pública em Extrema e ele disse assim para os nossos companheiros "Quem vir aqui é esse deputado ou essa deputada que nós vamos abraçar". Esteve lá essa excelente deputada que abraçou a causa junto com a gente. Estamos nessa luta. Obrigado.

Quero finalizar aqui, gente, trazer que Extrema vem de uma batalha, me desculpe pelo termo, mas não posso deixar de falar um pouco da nossa região. Extrema iniciou sua luta em 1988, através do Projeto 152/1988, do Reditário Cassol, pai do Ivo Cassol. E por conta de um litígio entre o Acre e Rondônia, nós perdemos o favorecimento da lei. Então, veio a nossa luta pela solução de que Estado nós de fato pertenceríamos. Tínhamos dois governos, dois Estados, duas

prefeituras, duas câmaras, muitos do povo morrendo nas ruas, nos ramais por falta de atendimento.

Eu sou testemunha, fui taxista lá, trabalhei muito tempo. E uma senhora, numa situação de parto para Rio Branco, e nós tínhamos apenas um hospital com a Cibalena e nossas guerreiras. Isso que me fez estar nessa luta até hoje, buscar nossa emancipação. Para trabalhar a emancipação, tínhamos que buscar a definição política da nossa região da Ponta do Abunã, que estava presa na mão do Acre e do Supremo Tribunal Federal.

Em 4 de dezembro de 1996, houve a decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que a região Ponta do Abunã é de Rondônia. E a partir de então ficamos livres para buscar a emancipação da nossa região Ponta do Abunã. A partir daí se inicia uma trajetória de luta. Estou resumindo, gente. Vou encerrar já.

Nasce a Proposta de Emenda à Constituição 15/1996, que dificulta a criação. Porém, vários Estados conseguiram criar 57 municípios. Após essa proposta de lei, veio a PEC 57/2008, reconhecendo os municípios criados até 30 de dezembro de 2006. E nós não poderíamos deixar de continuar lutando nessa batalha de emancipação. Foi quando veio uma luz, essa esperança da batalha de Boa Esperança do Norte em conseguir a sua emancipação. E nós continuamos nessa perseguição, nesse caminho político.

Eu quero aqui, deputada, dizer para a senhora que nós precisamos, devemos palmilhar não só a questão da luta pela regulamentação federal, mas também propor aqui, talvez para pressionar ainda mais o Congresso Nacional, Deputado Fernando Máximo, uma ADO, Ação Direta por Omissão, para que nós tenhamos, de fato, a garantia da pressão do Supremo Tribunal Federal para que o nosso congressista ouça os

nossos distritos e os nossos parlamentares e a Assembleia Legislativa de cada Estado.

E eu quero aqui, finalizando, propor aqui à deputada, nos seus encaminhamentos, no nosso encaminhamento, uma proposta para 20 de outubro que a Assembleia Legislativa realize uma Audiência Pública, uma Sessão Itinerante no nosso distrito, por nós termos um plebiscito realizado. Buscar a participação e a presença do Gaguim, para que nessa Audiência Pública ele nos dê uma data de quando será levado essa proposta do PLP 137 a plenário para ser votado. Desculpe pelo tempo. Muito obrigado. Deputada, me perdoe.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Bispo. Bispo, você sempre muito atualizado.

O SR. APARECIDO BISPO DE OLIVEIRA - Deputada, desculpe, eu não posso deixar de falar aqui dos remanescentes, José Gaúcho, Luiz Madeira, Getúlio Ferrari, são os pioneiros da região que antes de mim estavam lá nessa batalha, já partiram, mas conta com a nossa força e nossa luta. Muito obrigado, deputada, pela tolerância.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Arrasou, Bispo.

Gente, obrigada. Agora vamos só atentar ao tempo, porque as pessoas têm que voltar para a União Bandeirantes, para Rio Pardo, e a gente quer escutar o Deputado Federal Fernando Máximo, e precisamos fazer os encaminhamentos, que são, depois das oitivas, extremamente importantes.

Quero cumprimentar o Vereador Márcio Pacele, seja bem-vindo. Se quiser, a gente coloca aqui para você fazer parte

da Mesa. A gente fica muito feliz aqui com a sua presença. Se quiser também fazer uso da fala, se inscreva. A gente faz questão. E agora, passando, só vamos combinar os três minutos, gente, porque tem muita gente que está com criança ali. Paulo Lubiana.

O SR. PAULO ROBERTO LUBIANA - Uma boa tarde, em especial, ao nosso povo de União Bandeirantes. Gostaria de abraçar a cada um de vocês. Agradecido a Deus por esse momento que estamos vivendo aqui junto. Mas não poderia deixar de citar, deputada, os cumprimentos primeiro a este povo que atendeu o chamamento para essa tão grande responsabilidade. E, acima de tudo, vereador, a unificação nessa busca, nessa luta, do qual nós vamos precisar do apoio, da integração e mais ainda, da condição que você possa se disponibilizar a estar junto conosco em qualquer momento.

Cumprimentando agora a nossa deputada, faço o cumprimento à Mesa. Eu não vou ser tão técnico como o Bispo foi, senão vocês vão me vaiar também, mas, deputada, nosso muito obrigado por nos atender. Como disseram algumas pessoas aqui, a deputada sim, pode falar dessa causa emancipalista, porque ela vive diariamente ou momentaneamente as nossas deficiências, as nossas carências, as nossas necessidades.

Mas quero dizer, que alguns já citaram, como os nossos companheiros lá do Mato Grosso, que a situação deles, acredito que é ainda pior do que a nossa, uma carência ainda maior. Nós lá já temos, graças a Deus, e há um trabalho nosso, do nosso Conselho, da nossa mobilização, um Cartório de Registro Civil. Nós já temos na nossa comunidade, do qual a população já pode usufruir desse

trabalho. Já temos lá Detran e outros órgãos mais. Isso só para dizer a todos vocês que estão aqui, nós não estamos aqui somente por União Bandeirantes; e, sim, por todos os distritos desse nosso país que merecem, que pedem, encarecidamente, o reconhecimento das entidades públicas; do reconhecimento das pessoas que têm o mandato, eleitos por nós, cidadãos e eleitores.

Então, Vereador Adalto, eu te peço, você que representa aqui, lá de União Bandeirantes, a Câmara Municipal, juntamente com o Vereador Márcio Pacele, que chegou agora, nosso muito obrigado por atender ao nosso convite.

Nosso grande amigo também, o vereador que representa também uma parte de União Bandeirantes, Vereador Dr. Santana, nosso muito obrigado pela presença. E todos os demais. Para não me delongar, eu só queria pedir aqui, que nós possamos, então, unificar as mãos, dar-nos as mãos, porque a chance, a emancipação está batendo a nossa porta. A gente sabe que é de direito e de fato, possível acontecer.

Então, que Deus possa abençoar a cada um de nós nessa luta que se inicia, nessa luta que está sendo travada, que nós possamos, abaixo de Deus, conseguir o nosso resultado. Nosso muito obrigado a cada um de vocês que atendeu o nosso apelo, o nosso convite. Ao comércio, às igrejas, a todas as entidades, e a você, cidadão comum. Nosso muito obrigado!

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Quero agradecer a fala do nosso amigo Paulo Lubiana, que fez uma mobilização dentro da população. E, Paulo, quero te dar os parabéns, porque é uma união. O que o Claudeir falou é verdade. As pessoas estão aqui com o dinheiro do bolso, para justamente

falar, ser a voz das dificuldades que passam dentro dos distritos.

E eu queria muito pedir uma salva de palmas para toda a equipe que acabou de chegar, do Soldado da Borracha, que lá está se manifestando pacificamente, lutando pelo direito da propriedade, em nome do Francisco, que acabou de chegar aqui na Assembleia Legislativa.

Cumprimento com muito carinho os Vereadores Márcio Pacele e também o Dr. Santana. Daqui a pouco eu vou dar a fala para vocês também, os vereadores da capital. E agora passo a palavra ao Vereador Adalto Bandeirantes, da Câmara Municipal de Porto Velho.

E a gente fica muito feliz, vereador, com a sua presença. Agradeço o vídeo que o senhor fez de encampar também esse movimento. É com união. Ninguém faz nada sozinho, mas com muita união entre a população para lutar pelos direitos. Só vamos nos atentar ao tempo para, antes das 18h, a gente terminar.

O SR. ADALTO BANDEIRANTES - Muito boa tarde a todos. Quero aqui, primeiramente, agradecer a Deus por essa oportunidade, por essa Audiência Pública.

Em nome da Deputada Taíssa, quero cumprimentar toda a Mesa presente, a todas as entidades representadas, a todos os vereadores que vêm de fora do nosso Estado. Obrigado mesmo.

E eu represento aqui a Câmara de Vereadores, o Poder Legislativo da capital Porto Velho. Quero deixar bem claro a vocês, que os vereadores, esse horário era o horário de Sessão nossa. Então, por isso, só veio eu, pois tinha uma votação muito importante hoje; creio que acabou a Sessão

agora, e os demais vieram ainda participar. Só para deixar o esclarecimento.

E uma boa tarde ao nosso distrito de União Bandeirantes, que 90%, acho, é lá da população do nosso distrito. O nome é União mesmo. Parabéns! Vocês estão de parabéns!

Muitas pessoas me mandaram mensagem, falaram que iam se fazer presentes. Grato por essa força. Muitas pessoas perguntaram para mim: "Adalto, vai emancipar mesmo?" Eu falei: "Meu amigo, é um começo. Vamos botar o pé na estrada. Esse vereador vai apoiar vocês e toda a Câmara de Vereadores.". Vereador Márcio Pacele, vamos estar juntos nessa briga; Vereador Dr. Santana, vamos lutar por isso. Isso é uma parte que a gente tem que fazer, esse trabalho.

Quero aqui deixar também esclarecido, a toda a nossa população do distrito, que essa bandeira, o Bispo levantou, o Paulo levantou, mas cada um de vocês vai ter que levantar essa bandeira. Todo morador de todos os distritos, quero deixar aqui, ao nosso Jaci-Paraná, Rio Pardo, Mutum Paraná, Vista Alegre; nosso amigo Batista, Extrema e toda a população de todos os distritos do nosso Estado.

Nós temos uma lei orgânica do nosso município, que nós vamos ter que passar por uma votação, um plebiscito. Então, fique ciente disso, que é uma parte técnica; e que fale com seu vizinho, com seu amigo, para fazer uma regulamentação de Títulos.

Hoje o nosso distrito tem acima de 8 mil eleitores, mas nós temos muito mais. E a parte de habitação, estava falando aqui agora com o Luiz, para a gente sentar, fazer uma reunião para a questão do IBGE no nosso distrito. Mas, a votação será muito importante para nos ajudar também. Fica aqui o meu encerramento.

Eu creio que a parte técnica falou muito bem, a do Bispo, todos já falaram. O potencial que nós temos de todos os nossos estudantes, de todos os nossos distritos, da nossa mineração, da nossa produção. Meu muito obrigado.

Quero que todos vocês se sintam acolhidos e que a Câmara de Vereadores, o Poder Legislativo Municipal também vai fazer essa audiência, vai trazer benefícios para esclarecer mais, tanto da parte técnica, quanto os benefícios que a gente pode ter nessas audiências públicas, esclarecer para toda a população que às vezes fica com os olhos tampados por falta de informação. Muito obrigado, uma boa tarde a todos, que Deus abençoe.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Muito obrigada, Vereador Adalto.

Daqui a pouquinho vão ser feitos os encaminhamentos tanto de plebiscito, tanto de outras ações judiciais. Convido com muito carinho o Vereador Márcio Pacele, da Câmara Municipal de Porto Velho, para fazer uso da fala.

O SR. MÁRCIO PACELE - Boa tarde a todos. Quase boa noite, não é? Primeiro quero cumprimentar e já agradecer a Deputada Estadual Dr^a Taíssa. Parabenizar pela audiência e já cumprimentar aqui, em nome da nossa deputada, todo o dispositivo aqui da Mesa. Cumprimentar aqui todos os moradores dos distritos, Batista, de Vista Alegre, o Bispo, que é um lutador pela emancipação.

A gente sabe das dificuldades que hoje os distritos enfrentam. Não é de hoje, é de muito tempo. A logística que o poder público tem que levar para os nossos distritos daqui de Porto Velho, que são 13 distritos, e fora as

comunidades, é muito grande. Nós temos problema na saúde, nós temos problema na educação, nós temos problema nas linhas dos ramais, nós temos problemas nas áreas urbanas.

A gente lembra que muito tempo atrás foi feito um plebiscito lá da Ponta do Abunã, do distrito de Extrema, que não foi para frente, foi feito um plebiscito. E nós somos a favor desse plebiscito, porque eu tenho certeza absoluta, a Ponta do Abunã, como os demais distritos, União Bandeirantes, do meu amigo Vereador Adalto, tem uma riqueza muito grande.

Vou falar por Ponta do Abunã. Ponta do Abunã hoje, só as pedreiras que lá tem já sustentam aquela Ponta do Abunã. Hoje a Ponta do Abunã está entre a terceira, quarta, quinta, no rebanho bovino no nosso Estado de Rondônia. A agricultura da Ponta do Abunã é muito forte. Então, hoje, a Ponta do Abunã, União Bandeirantes, eu tenho certeza que seriam um dos municípios mais fortes do nosso Estado de Rondônia em riqueza, em arrecadação.

Hoje, eu já tentei, já estou no meu 4º mandato de vereador, e eu já tentei por várias vezes na Secretaria, Semfaz, saber o que cada distrito arrecada para a nossa capital. Porque tudo é uma conta só. E é difícil você conseguir, pelo menos até hoje, nenhum Secretário conseguiu identificar o que cada distrito representa em arrecadação para o nosso Município de Porto Velho. E para o nosso Estado de Rondônia também. A arrecadação que vem dos distritos não é devolvida em benefício para a população. Não é devolvida em saúde, não é devolvida em infraestrutura, não é devolvida na educação.

Isso, Vereador Adalto, se dependesse da Câmara Municipal de Porto Velho e da Assembleia Legislativa, eu tenho certeza que a emancipação já ia para frente, mas a

gente depende ainda de outros órgãos, principalmente da nossa bancada federal.

Cumprimentar aqui o nosso Deputado Federal Fernando Máximo, que vem fazendo um belíssimo trabalho ali representando o nosso Estado de Rondônia. E eu tenho certeza absoluta também que, se depender da bancada federal, nós vamos avançar e avançar muito.

E quero aqui finalizar. Emancipação já, não é, povo? Grande abraço, que Deus abençoe a todos. Deputada Dr^a Taíssa, parabéns, admiro muito o seu trabalho. Grande abraço, que Deus abençoe a todos.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Vereador Márcio Pacele. Também tenho muita admiração pelo seu trabalho. É um vereador bem atuante, tanto ele como o Vereador Adalto. O Vereador Dr, Santana também. Já convido aqui para a fala, para a gente poder já ir se caminhando para o final da nossa audiência, para os encaminhamentos, para a população já ter um posicionamento.

O SR. DR. SANTANA - Primeiramente, agradecer a Deus pela oportunidade, parabenizar aqui a deputada por disponibilizar este momento, nós estarmos discutindo pauta de suma importância.

Sabemos que o valor da Ponta do Abunã, onde tem um número proporcional gigante. Exemplo: lá no distrito de União Bandeirantes, que têm muitos conterrâneos meus, jaruenses, que foram os primeiros desbravadores ali, que abriram com enxada e canivete. E tem aí o ex-vereador, que foi o primeiro ali que desbravou ali esse distrito. Não é à toa que foi eleito ali, representando.

E para avisar a todos aqui que se encontram presentes, os distritos, hoje em dia, são um gargalo para a capital, no sentido de que estão muito distantes. Eles têm a total condição de tocar a sua vida. Exemplo: o distrito de União Bandeirantes é pujante na agricultura, pujante na agropecuária, um povo trabalhador e um povo que merece toda atenção. Lá tem concentrado mais de 7 mil pessoas aptas a irem as urnas e decidirem uma eleição.

Têm 35 mil habitantes ali. E sem falar que toda Ponta do Abunã tem condições de ter a sua liberdade financeira por correr pela sua independência. O que falta, e aqui eu quero chamar a atenção, de quem realmente tem que provocar: a nossa bancada federal. Não sou candidato a nada, não. Deixar bem claro. Eu sou vereador de Porto Velho e tive 238 votos em toda a Ponta do Abunã. Só no Distrito de União Bandeirantes tive 50 votos. Eu sou o vereador também ali, que representa esse distrito.

Nós temos o nosso líder, que representa o distrito, que é o Márcio Pacele, assim como o Vereador Adalto. Devemos respeitar, o legado, e legado a gente respeita e constrói junto, e reconhecer a luta deles.

Hoje, para o gestor da capital, depositar todo o orçamento ali para o distrito, para ele é desconfortável. Por quê? Ele vê o quê? Números de eleitores. Ele acaba abraçando um bairro de Porto Velho, querendo ou não, atinge o número do eleitorado. Mas a Ponta do Abunã, chegou a hora de caminhar só. Então, aqui nós temos a presença do Deputado Federal Fernando Máximo, que é uma pessoa que se articula bem, que vem desenvolvendo o seu mandato.

Então, eu quero aproveitar a ocasião, deputado, as eleições já estão se antecedendo aí, que o senhor tome essa bandeira aí, juntamente com a bancada, e busque resgatar a

dignidade desse povo sofrido de União Bandeirantes, que quer a sua independência, no seu distrito.

Então, parabenizar a todos os envolvidos, Deputada Dr^a Taíssa, parabenizar Vossa Excelência pela condução dos trabalhos, por seu olhar aos pequenos. De antemão, muito obrigado, boa noite. Conte com esse vereador Dr. Santana para lhe servir. O meu mandato não é meu, é de toda a população de Porto Velho e de todo o distrito.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Parabéns, Vereador Santana.

Convido agora, o senhor Luiz Lobato, Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foi convidado, tendo em vista que vocês ouviram a fala do prefeito lá de Boa Esperança. São dados importantes para a gente poder instrumentalizar as demandas judiciais e até o processo administrativo.

O SR. LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO - Ok, deputada. É uma honra estar aqui mais uma vez, nesta Casa de Leis. É a segunda vez que eu compareço aqui para falarmos de distrito e de municípios. A gestão do território é muito importante, principalmente em Rondônia, que está passando por um processo interessantíssimo de consolidação do seu território. Em nome da Deputada Dr^a Taíssa, eu cumprimento a todos, a todos os deputados, a todos os representantes das comunidades e a toda a população que se faz presente.

O IBGE acompanha o desenvolvimento do Estado de Rondônia há 81 anos. O IBGE está instalado aqui no território há 81 anos. Então, isso faz com que nós tenhamos um acompanhamento de todo o processo de desenvolvimento, de

colonização do Estado, e acompanhando todo o processo de criação dos municípios e essa luta que têm os distritos para a configuração de novos municípios.

A Vereadora Ana Cristina citou a questão da criação do distrito de São Domingos. Nós participamos efetivamente, junto com a Prefeitura de Costa Marques, auxiliando tecnicamente a Prefeitura, justamente porque é uma Prefeitura pequena, com poucos recursos e não tem condição de fazer aquela contratação para consultorias. Nós acompanhamos com todo prazer, sem custo algum para as prefeituras.

Com relação aos distritos de Porto Velho, União Bandeirantes, Rio Pardo, nós acompanhamos desde a sua configuração, desde a sua ocupação, do processo de ocupação a partir dos anos 2000. Eu entrei no IBGE em 2012 e comecei a participar da elaboração da base cartográfica para o Censo Agropecuário de 2016. Então, praticamente desde 2013, nós estamos acompanhando a delimitação dos distritos, a delimitação dessas áreas que estão com o objetivo de ser distritos, União Bandeirantes, vale ressaltar que não são distritos ainda, formalmente, você tem uma questão de fato, mas ainda não tem de direito. Isso é importante deixar bem claro.

A delimitação do território, tanto de União Bandeirantes quanto de Rio Pardo, nós acompanhamos toda a discussão, auxiliando o Idaron, a Emater, a Prefeitura, a Secretaria de Planejamento, o ex-vereadores Dim Dim, Bengala, Chico Lata, na época, Cafuringa.

Então, grande parte dessas lideranças da região acompanhou a nossa luta ali para delimitar o território de União Bandeirantes, tirando ali "ah, esse produtor, a relação dele é com o Jaci; não, esse produtor a relação é

com Nova Dimensão”, e tentando mapear toda a população ali que estava ligada economicamente, socialmente, religiosamente, e por aí vai, com União Bandeirantes e Rio Pardo. Rio Pardo tem uma localidade de Minas Nova também que está envolvida no mesmo contexto.

E, ao longo desses anos, o IBGE, independentemente de qualquer coisa, de qualquer movimento local, nós temos as nossas pesquisas institucionais. Aí vem o censo demográfico, vem o censo agropecuário e vem as nossas pesquisas mensais, que é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) contínua, que acompanha a força de trabalho, desemprego, desocupação. É uma pesquisa contínua que a gente divulga para a sociedade como está a nossa questão socioeconômica e como é que vai a nossa economia.

Então, assim, é nossa responsabilidade retratar a nossa realidade para que os anseios da sociedade sejam atendidos e que seja garantida qualidade de vida para a população. Nós somos uma instituição federal, porém, minha responsabilidade, enquanto Superintendente Estadual do IBGE, é garantir que o IBGE cumpra com a sua missão institucional em Rondônia.

Então, tenho o privilégio de ter nascido aqui no Estado e de conhecer também o Estado, por força de formação e também pelo meu trabalho na instituição. Nós temos, uma responsabilidade muito grande.

Recentemente, encerramos o censo demográfico, em 2022. Em 2023, foram divulgados os resultados finais. E tivemos a atualização do quantitativo populacional do Estado de Rondônia, dos municípios, dos distritos e dos bairros. E tivemos uma grande surpresa, que foi o crescimento um pouco abaixo do crescimento nacional, populacional.

Porém, em algumas regiões do Estado, cresceu significativamente. Nós temos dez municípios no Estado de Rondônia que teve um crescimento significativo, com destaque para Vilhena. E Porto Velho também teve seu crescimento. Claro que em resultado dessas dinâmicas nos distritos.

Também temos a questão das pesquisas agropecuárias, que acompanham toda a parte de produção do nosso território, toda a produção estadual, o IBGE consegue acompanhar.

Complementando a fala do nobre colega Aroldo, que comentou da necessidade do IBGE se fazer mais presente no Rio Pardo, estamos tentando. Aproveitando que está a população do distrito de União Bandeirantes, em nome do IBGE, gostaria de conscientizá-los sobre a importância de atender os pesquisadores do IBGE. Não basta só o IBGE ir a campo, não basta só o IBGE ir por propriedade rural, ir por domicílio nas cidades, e não adianta se ele não for recebido. O pesquisador tem que ser recebido.

É importantíssimo que o pesquisador do IBGE, eu vim com um colete de propósito, justamente porque essa é a nossa identidade. O pesquisador do IBGE vai estar uniformizado desta forma em campo, devidamente identificado com seus dados no sistema.

Então, se você tem alguma dúvida se aquele cidadão que está vestido com o uniforme do IBGE, se ele realmente é do IBGE. Nós temos os canais específicos para isso ser checado, mas não deixe de responder ao pesquisador do IBGE, porque é nesse momento aqui que a gente precisa das informações do IBGE. Se nós não termos a população quantificada no banco de dados do IBGE, a gente não

consegue reivindicar nossos direitos. E eu estou me colocando como cidadão também.

Então, se a gente não responde ao IBGE, se a gente tem alguma objeção por questões políticas, por questões religiosas ou até mesmo por questões pessoais, é importante a gente checar e responder o pesquisador do IBGE. É muito importante, porque é nessas horas que a gente precisa dos dados oficiais. O IBGE é o principal provedor de informações estatísticas da sociedade brasileira. É um órgão de Estado. É um órgão da nossa sociedade brasileira.

Então, independente do governo que esteja na gestão, o IBGE está ali completamente despolitizado e a serviço da sociedade brasileira. Então, nos colocamos à disposição, estamos à disposição, nossa sede aqui na Tenreiro Aranha com o Duque de Caxias. Temos os nossos canais digitais de divulgação dos resultados de todas as pesquisas que são executadas, com acesso a todos, a todos os cidadãos e cidadãs que queiram saber um pouco da estatística por município, por distrito, por Estado, por bairro, algumas informações estão classificadas por bairro, enfim.

Então, estamos à disposição, deputada. Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, senhor Luiz.

Passo agora, porque depois a gente vai fazer os encaminhamentos. Ao Doutor Hudson Delgado Camurça Lima, Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. HUDSON DELGADO CAMURÇA LIMA - Bom, boa tarde a todos. Cumprimento a deputada em nome de todos os presentes.

Para ser bem breve, a OAB é uma instituição democrática, plural, envolvida com a sociedade, e com todas essas informações; com todas essas situações quanto à criação de municípios, criação de distritos e regulamentação desse Projeto de Lei que está em andamento no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, mais especificamente pelo PLP 137/2015. A gente entende e quer agregar que essa lei seja, sim, o quanto antes votada, que tenha que ser regulamentada essa criação de municípios, porque é isso que hoje emperra o desenvolvimento do Brasil. Nós temos que ter "menos Brasília e mais Brasil", e mais municípios, porque os municípios é onde você vive e Brasília está concentrando muito poder.

Principalmente, questão de STF e outras por meio de decisões e o Congresso. O que aconteceu efetivamente aqui foi: na PEC que delimitou que os municípios não fossem mais regulamentados por Lei Estadual, pelas Assembleias Legislativas, trouxe para o Congresso Federal a competência, e limitando os Estados a poderem criar ou não municípios. Foi isso. Foi Brasília agregando mais poder. Infelizmente.

E hoje temos que ter, ou de outra forma, a regulamentação desse Projeto de Lei para que isso, sim, possa fazer com que os municípios possam ser criados novamente. Porque desde quando ocorreu essa PEC, não foi criado mais nenhum município no Brasil.

É isso. E podem ter certeza que a OAB vai tomar qualquer medida que possa agregar a essa regulamentação. Muito obrigado e boa noite.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, doutor. A gente fica feliz com esse posicionamento, porque a gente vai fazer encaminhamentos e a gente precisa que a OAB possa atuar, porque tem várias pessoas aqui que não têm condições, às vezes, de pagar um advogado. A gente sabe que tem a instituição da Defensoria Pública, mas como a OAB tem um trabalho extremamente importante, eu, como advogada, sei, e pode auxiliar exatamente de ajudar a população dos distritos.

Convido agora o Eduardo Guimarães Borges, representando a Defensoria Pública do Estado. Eu aproveito para agradecer. O Presidente conversou comigo e é extremamente importante a presença da Defensoria Pública, haja vista que vocês escutaram em um só som a dificuldade que os distritos têm e a necessidade dessa emancipação.

O SR. EDUARDO GUIMARÃES BORGES - Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Deputada Dr^a Taíssa e parabenizá-la pela iniciativa de convocar essa Audiência Pública na perspectiva de discutir a criação de novos municípios, de pelo menos um novo município, na perspectiva de viabilizar a gestão territorial do Município de Porto Velho.

Nós somos, deputada, a capital mais extensa do ponto de vista territorial no Brasil. São 34 mil quilômetros quadrados. Porto Velho é maior do que, por exemplo, a Bélgica, um país. Porto Velho é maior do que o Estado de Alagoas. Porto Velho é maior do que o Estado de Sergipe e somos um município. São 13 distritos, quatro aqui no Baixo Madeira e nove na Ponta do Abunã, indo em direção à Ponta

do Abunã, que, do ponto de vista de gestão territorial, é difícil a gestão.

É difícil para o prefeito gerir todo esse território. Inclusive, essa dimensão territorial viola a própria orientação do constituinte que foi ter constituído, ter optado por um constitucionalismo de terceiro grau, que é um constitucionalismo que divide em três entes autônomos: a União, os Estados e os Municípios.

E a criação desse terceiro ente, que nem é comum em outros países, esse terceiro ente autônomo, que é um município, uma figura bem típica brasileira, ela nem é tão comum em outros países, justamente por conta da nossa extensão territorial. Essa opção do constituinte de 1988, ao criar esse terceiro ente, foi justamente aproximar o poder das localidades, para viabilizar melhor a gestão territorial. E isso não é viabilizado, pelo menos não em Porto Velho, por conta da nossa extensão territorial.

Essa extensão territorial leva a uma vulnerabilidade geográfica que inviabiliza ou dificulta, pelo menos, inclusive o acesso à Justiça e o acesso às políticas públicas no território de Rondônia, no território de Porto Velho. Eu recebi do Defensor Público Geral, a partir da provocação da deputada, a missão de discutir as perspectivas políticas e também jurídicas de nós viabilizarmos essa emancipação desses municípios.

E eu sou bem honesto nessa análise, é uma análise ainda incipiente, que eu pretendo aprofundar, eu tenho esse compromisso de aprofundar. Mas, eu já antecipo e aqui peço o apoio do Deputado Federal Fernando Máximo e outros deputados federais que estejam acompanhando nessa agenda, porque eu creio que a solução seja mais política do que

jurídica. Infelizmente, não vai ser, eu não sou otimista nessa perspectiva de nós judicializarmos o fluxo.

E eu vou explicar o porquê. A criação de municípios na Constituição originária, no texto originário, lá no parágrafo 4º do artigo 18, ela estabelecia, até 1996, que haviam requisitos muito simples para a criação de municípios. Bastava uma lei estadual, a partir de requisitos previstos em uma lei complementar estadual e que fosse precedido de plebiscito. Eram requisitos muito fáceis e que ficavam se resolvendo em casa, se resolvia no território do Estado.

O que aconteceu? De 1988 até 1996, se banalizou a criação de municípios e realmente tiveram municípios criados de uma forma absurda e que onerou excessivamente o Estado ao longo desse período.

Infelizmente, essa banalização levou a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que criou requisitos mais rígidos para a criação de município. Além da criação da lei estadual, teria necessidade de um período para a criação de novos períodos e requisitos previstos numa lei complementar não mais estadual, e, sim, uma lei complementar federal - que nunca foi criada. Passou a se exigir, também, estudo de viabilidade, porque muitos municípios foram criados antes disso sem qualquer viabilidade, sem qualquer verificação se tinha uma viabilidade econômica da área; e também manteve o requisito do plebiscito.

De 1996 a 2008, muitos Estados fingiram que essa lei não existia e continuaram criando municípios, utilizando os parâmetros da redação originária da Constituição. O que aconteceu? O Supremo Tribunal Federal, em 2008, disse: "Isso é inconstitucional". Houve uma emenda constitucional

em 1996, que passou a colocar requisitos mais rígidos, e, então esses municípios são inconstitucionais.

O Congresso Nacional, para evitar que uma centena de municípios fossem anulados, já municípios constituídos, com prefeitos, vereadores eleitos e tal, o que fizeram? "Vamos convalidar esses municípios inconstitucionais, vamos constitucionalizar esses municípios e validar eles. Todos esses municípios que foram criados entre 1996 e 2006, final de 2006, mesmo tendo violado esse requisito formal, a gente vai convalidar.". Foi aprovado isso, o STF deu o aval, esses municípios foram convalidados.

Agora, a decisão do STF de que esses municípios estão suspensos por falta desse requisito formal, que é a lei complementar que regulamenta a emancipação de municípios, essa suspensão vai continuar. Essa foi a orientação, tanto do Congresso Nacional, por meio da promulgação da emenda constitucional, como do Supremo Tribunal Federal. E aí, de lá para cá, está suspensa.

Infelizmente, deputada, a nossa realidade é um pouco, diferente da de Boa Esperança. Eu tive o cuidado de estudar hoje um pouco – por isso que eu me atrasei aqui para chegar –, a situação de Boa Esperança. Apesar de Boa Esperança ter sido criada agora, foi por conta de uma decisão.

A lei que criou Boa Esperança é de 2001, ou seja, está dentro do período da Emenda Constitucional 57, que a Emenda Constitucional 57 falou: "Estão validados os municípios inconstitucionais que foram criados entre 1996 e 2006", como Boa Esperança está dentro dessa janela anterior a 2006, por isso, foi validado.

O que impede – por isso que eu faço o apelo para o Deputado Fernando Máximo –, porque a solução, no meu entendimento e me comprometo, pois o Victor Hugo pediu que

eu me debruçasse mais nesse estudo, mas, em uma análise incipiente que eu fiz agora em uma hora e meia de estudo, antes de vir para a audiência pública, é de que a solução, o caminho mais seguro, seria o caminho político mesmo, para nós aprovarmos com urgência essa lei complementar que regulamentaria e, claro, fixaria um prazo para a criação dos municípios. Aí sim, claro, viabilidade social, econômica e ambiental, os nossos distritos têm. Plebiscito, a vontade da população, também tem.

Outra preocupação que eu tenho é com relação à abrangência do plebiscito. Há uma divergência sobre como fazer esse plebiscito. Se seria só no município que vai ser desmembrado ou se envolveria todo o território, que também estaria perdendo território. Se teria que colocar nesse plebiscito a população de Porto Velho, por exemplo, do distrito-mãe, se teriam que votar também ou não. Tudo isso aí precisa ser feita uma análise mais aprofundada e eu acredito que a gente possa avançar a partir daqui nesse diálogo.

Mas, mais uma vez, faço esse apelo ao Deputado Fernando Máximo, e creio que seja o único Deputado Federal que esteja aqui até essa hora na Audiência Pública, para a gente construir essa estratégia.

E conte com a Defensoria Pública nesse fluxo, como aliada, porque, com certeza, emancipar os municípios e desmembrar Porto Velho é viabilizar, do ponto de vista territorial, uma gestão que possibilita a justiça social. Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada, Doutor Eduardo. Eu aproveito para agradecer ao Doutor Victor Hugo. Nós vamos encaminhar alguns Requerimentos para a Defensoria

Pública, principalmente para a gente buscar um parecer técnico. Porque nós, mesmo que vá pela questão do PL, da aprovação, nós precisamos provar a viabilidade, tanto a distância, tanto a questão da população e tanto da atividade econômica de subsistência.

O STF entende, mesmo que a gente tenha uma aprovação, ele entende que não pode ser entendido como "a la vontê", como foi feito nesse período da inconstitucionalidade. E mesmo que esteja naquele limbo que demorou da judicialização, que ficou os 20 anos de tramitação judicial, tem um parâmetro da analogia pela questão dos requisitos. A questão populacional, a questão de densidade demográfica e a questão da economia pujante em um determinado distrito.

E é por isso que a gente vai encaminhar daqui a pouco para pareceres técnicos, porque a própria Defensoria Pública pode acionar o IBGE, a Idaron, a Emater, para fornecer esses dados de quantidade de estudantes que têm nos distritos da região para essa análise para a nossa capital. Municiado desses documentos, serão documentos que vão ser anexados diretamente dentro do PL que está tramitando lá na Câmara Federal. E, também, depois eu vou fazer outra solicitação de uma ADO, para uma análise de uma ADO para o caso especificamente de Extrema.

Mas agora, tão aguardado, eu faço com muito carinho, agradecer, já são 18 horas, e o nosso Deputado Federal Fernando Máximo está aqui. Ele saiu de um outro compromisso e fez questão de estar aqui conosco para nos posicionar e, principalmente, para fazer o posicionamento dele sobre essa causa que sabe que é tão importante ao Estado de Rondônia.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Obrigado. Amém. Quero cumprimentar aqui todas as mulheres na pessoa da Cida, lá de União Bandeirantes. Quero cumprimentar nossa querida Deputada Dr^a Taíssa, a deputada que é incansável. Eu rodo o Estado inteiro e onde eu rodo eu vou encontrando a Deputada Taíssa. Eu falo: "Rapaz, mas você trabalha, hein?" Ela vira para mim e fala: "Sim, mas você trabalha também, hein?".

Incansável, dedicada, uma pessoa que realmente tem feito um bem incrível para o Estado de Rondônia. Parabéns pelo seu trabalho. Parabéns por essa audiência maravilhosa. Eu cumprimento todos os seus assessores que correm atrás contigo para conseguir fazer esse trabalho maravilhoso.

Cumprimentar nosso Presidente Alex Redano. Cumprimentar Deputado Eyder Brasil, que estava aqui até agora há pouco. Cumprimentar os vereadores presentes, Vereador Adalto, Vereador Dr. Santana, Vereador Márcio Pacele; ex-vereadores Bengala e Dim Dim. Quem mais estava aqui de vereador? Esses mesmos, não é?

Cumprimentar todos aqui presentes na Mesa. Começar aqui, Vereador Adalto eu já falei. Representando o IBGE, Doutor Luiz Lobato; Doutor Hudson Delgado, representando a OAB; Paulo Lubiana, que está ali, nosso amigo de União Bandeirantes; o Bispo, que estava aqui, representando a Ponta do Abunã, a Extrema.

Lá na ponta, o Doutor Eduardo Guimarães, representante da Defensoria Pública. Quero cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa aqui presentes, até esse horário, todos aqui. Senhoras e senhores dos distritos todos, seja de Rio Pardo, União Bandeirantes, Fortaleza do Abunã, de toda a Ponta do Abunã, Extrema, Vista Alegre, Nova Califórnia, Abunã, todos aqui presentes.

Primeiro, eu quero dizer que é uma aberração social esses distritos não terem sido emancipados até hoje. Isso não existe, essa distância toda para a capital, distritos que têm viabilidade financeira e econômica, distritos que têm um povo que trabalha, que produz, agricultura forte, pecuária forte, produção de cascalho, madeira, um povo trabalhador que gera emprego e renda, que tem condição de subsistir, distante da capital. É uma covardia.

Pessoal lá de Nova Califórnia, pessoal de Extrema, Vista Alegre, essa distância toda da capital, distância toda da cidade de Porto Velho, isso não existe. Não tem um centro administrativo ali para a Ponta do Abunã, não tem em União Bandeirantes, não tem em Rio Pardo. Isso é uma aberração social, isso é uma covardia que fazem com os distritos.

E nós precisamos unir forças, todos, os deputados federais, os senadores, os deputados estaduais, os vereadores, o prefeito da capital, para que nós possamos emancipar esses distritos. Emancipação já! É necessário.

O Deputado Gaguim, lá do Tocantins, é um parceiro, é um deputado do nosso partido, é um deputado amigo, que é o relator do PLP 137. Nós precisamos, como disse o Bispo, também como disse o Doutor Eduardo, nós precisamos, do ponto de vista político, trabalhar em cima disso. Eu sei que tem forças contrárias atrapalhando dentro do Congresso Nacional. A gente sabe que tem, que não querem, mas nós não podemos aceitar mais isso. É uma covardia que fazem. E eu ando nos distritos.

Eu ando muito. Quem é do distrito sabe, me vê lá de vez em quando. Eleone está nos assistindo aqui, pela TV Assembleia. E mandar um abraço para ele. Estive há poucos dias agora em União Bandeirantes, estive também em Extrema,

estive em Vista Alegre, fiz até atendimentos médicos lá em Vista Alegre, em Extrema, pouco tempo atrás. E eu vejo as dificuldades, eu vejo que esse povo é esquecido. E é um povo trabalhador, é um povo brasileiro, é ser humano, é ser humano brasileiro que tem direitos, que os direitos são renegados, que as pessoas não conseguem usufruir de uma boa estrutura, de uma boa qualidade de saúde, de uma boa qualidade de asfalto, de estradas vicinais pavimentadas, porque está distante do serviço público, está distante do Poder Público. É inadmissível.

Nós temos municípios, e tudo bem, já foram emancipados, municípios pequenos, que têm dois, três mil habitantes e que são municípios, que têm dignidade nesses municípios. Extrema, União Bandeirantes, Rio Pardo, a Ponta do Abunã inteira, quantos mil habitantes têm cada um desses distritos? Olha a distância que estão da capital e não têm a emancipação.

Nós temos que unir forças cada dia mais. Eu tenho trabalhado e já recebi lá no meu gabinete várias pessoas. Recebi o Bispo; recebi o Antônio Medeiros; recebi o Policial Eder; recebi várias outras pessoas no gabinete em Brasília. A gente tem dado andamento no que é possível, mas temos que unir forças. É diferente de um município lá no interior de São Paulo ou no interior do Paraná, que está a 20 quilômetros do município-sede, que tem asfalto, que tem tudo direitinho. É diferente.

Vista Alegre está o quê? A Nova Califórnia está a quanto? Quase 400 quilômetros, Bispo, 400 quilômetros de distância. É um absurdo. Arredondando, 400 quilômetros. É completamente diferente. Você não tem uma saúde de qualidade, educação de qualidade. É absurdo isso. Nós precisamos realmente unir forças. Contem 100% com o meu gabinete. Contem 100% com o meu mandato.

Quero pegar algumas orientações com o doutor da Defensoria, algumas sugestões que ele pode fazer. Se vê alguma necessidade de alteração nesse PLP, que o Deputado Gaguim é o relator, porque nós precisamos unir forças para levar isso para o plenário.

Algumas situações em Brasília, tem tudo pronto para ser levado ao plenário, mas não levam. Têm forças contrárias, têm coisas trabalhando contra. Forças, como, por exemplo, a questão da transposição, que nós estamos lutando intensamente, mas foi aprovado no Senado Federal dia 12 de setembro de 2023, e até hoje, não conseguimos fazer uma Comissão Especial na Câmara. O Presidente da Câmara não abriu. O anterior não abriu, o atual não abriu. Só falta abrir a Comissão Especial para honrar esses servidores da transposição.

Esse PLP há quanto tempo já? Tem que levar para o plenário, nós temos que fazer força, nos articularmos em Brasília. E eu estou puxando a responsabilidade para mim mesmo. Para mim, para os demais deputados federais, para os senadores, para em Brasília nós juntarmos lá, irmos para cima e botar pressão para que seja colocado em votação esse PLP, para que nós aprovemos, para a gente dar dignidade para essas pessoas que estão aqui.

São seis horas da tarde, tem gente que saiu há 400 quilômetros, talvez não tenham nem carro para estarem aqui, mas estão aí, alguns talvez nem almoçaram, não lancharam, estão aí com fome, querendo essa emancipação que é digna e é necessária.

Podem contar comigo. Estou falando do fundo do coração, sem hipocrisia, contem comigo. Boa parte dos senhores têm meu telefone, falam comigo de vez em quando. Vamos trabalhar unidos para nós conseguirmos, junto com os

vereadores, com o prefeito, com os deputados, Deputada Dr^a Taíssa, parabéns de novo, para que nós consigamos emancipar esses distritos.

É questão de dignidade, de humanidade. É uma questão de humanidade para os nossos distritos. Muito obrigado. Podem contar, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com o Deputado Federal Doutor Fernando Máximo, nessa causa. E eu tenho fé em Deus que nós vamos emancipar os distritos. Deus abençoe os senhores. Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Agradeço imensamente. Nós tivemos a presença de três deputados federais e até agora, quase 19 horas, o nosso Deputado Federal Fernando Máximo, aqui conosco. Agora, a gente vai fazer os encaminhamentos.

Primeiramente, eu solicito, também, eu tive contato, o Presidente do Parlamento Amazônico, o Deputado Laerte, se colocou à disposição para fazer uma reunião no Parlamento Amazônico, para poder ser uma pauta do Parlamento, para a gente também tratar em Brasília. Então, é uma coisa que eu quero agradecer imensamente.

O Senador Marcos Rogério entrou em contato, também, se colocou à disposição. E avisou para toda a população que União Bandeirantes e todos os distritos podem contar com ele na questão do senado.

Agora, vou para os encaminhamentos. Primeiro, solicitar da Defensoria Pública um parecer técnico em relação à situação social, econômica e ambiental em relação ao Distrito de União Bandeirantes; em relação ao Distrito de Rio Pardo; de Extrema; de Nova Califórnia e de Vista Alegre do Abunã, com todas as informações da questão

educacional, da questão de população, da questão econômica que gera lá, para a gente poder embasar, talvez, uma ação judicial ou anexar dentro do PLP 137, que está pronto para votação em Brasília.

Também, solicito aqui do nosso deputado federal, que se encontra aqui, presente, uma articulação com a bancada federal para uma reunião, para reunir a maior parte dos Estados da Federação. Nós estamos aqui com o presidente nacional, com 15 Estados, para que nós possamos ter uma reunião para tratar especificamente sobre as emancipações, com distritos que têm os requisitos: mais de 10 mil habitantes, mais de 130 quilômetros e com a economia pujante.

Também outro Requerimento: solicitamos do IBGE todas as informações que vocês tenham para ser fornecido para esta Casa, para a Assembleia Legislativa, para o meu gabinete, todas as informações relacionadas ao distrito de União Bandeirantes, Rio Pardo; a questão de Extrema, Vista Alegre, toda a Ponta do Abunã, para que nós possamos municiar os processos judiciais e administrativos.

Também solicito da Defensoria Pública, uma análise de um parecer técnico para uma possível Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, em relação ao Distrito de Extrema haja vista que já foi plebiscito.

Também solicito da Defensoria Pública do Estado verificar se há a necessidade de alguma decisão judicial para autorização de avaliação de plebiscito para o distrito de União Bandeirante e para a questão de Rio Pardo, que o distrito de Extrema já foi feito, e Nova Califórnia.

O SR. LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO - Pela ordem, Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Sim.

O SR. LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO - Só lembrando que, oficialmente, União Bandeirantes e Rio Pardo não são distrito. Então, nós não temos nenhum dado estatístico exclusivo de União Bandeirantes e Rio Pardo. O que nós podemos fazer é uma composição de informações, unindo os distritos-sede de Porto Velho, Mutum Paraná e Jaci-Paraná, para tentar compreender o território, para a gente conseguir essas informações.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Perfeito.

O SR. EDMO FERREIRA ALMEIDA PINTO - Me permite, deputada? Aqui, o ex-vereador Dim Dim.

Eu discordo da Vossa Excelência, porque para a criação de distrito é uma lei. Essa lei foi criada, a criação do distrito, ainda com o Prefeito Carlinhos Camurça, a ex-vereadora Ruth Morimoto. O que nós não temos, e aí, aproveitando, Vereador Adalto e os vereadores, são os limites. Mas, o distrito, sim. Há uma lei de criação, o que nós não temos é o limite.

Assim, como Mutum Paraná não existe mais, mas existe o distrito de Mutum. Mutum não existe mais, a usina levou. Assim como existe Nova Mutum, dentro do território de Jaci-

Paraná. Então, o que falta é a Câmara Municipal e a Prefeitura fazerem essas delimitações territoriais.

Mas, distrito, sim. Isso eu vou debater, porque foi através da lei que criou esse distrito. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada. Eu acredito que, como o IBGE está falando que não tem as limitações, dê um parecer dizendo que não há limitações, que a gente municia a Câmara de Vereadores e já solicita.

O SR. DR. SANTANA - Inclusive, tem até criação de CEP. CEP 76-841-000.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Então, ficou claro. Passe as informações do IBGE. Se não tem a delimitação, dê um parecer que não tem, informe para o nosso gabinete, que a gente vai oficializar à Câmara de Vereadores do município, solicitando. Até porque é inaceitável um distrito que já tem 30 mil habitantes não ser considerado como distrito.

Eu quero agradecer imensamente, em nome de toda a Defensoria Pública do Estado. Esses pareceres que a gente está solicitando vão ser extremamente importantes para municiar todo o trabalho, tanto político como jurídico. E a ADO, eu queria um parecer técnico da Defensoria Pública, tendo em vista que nós já temos plebiscito na situação de Extrema.

Já vamos encaminhar para o encerramento. E no momento que a gente receber as respostas, e principalmente da audiência, da reunião com a Câmara Federal, a gente vai informar para toda a população.

Eu gostaria de solicitar da população de descer aqui para a gente fazer uma foto, até para fazer esse registro ímpar, e parabenizar cada um que saiu de casa. Esse povo ordeiro, esse povo trabalhador, esse povo que tira do bolso para poder lutar pelos seus direitos, parabéns. Parabéns a cada um que está aqui.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanham essa ilustre audiência. Declaro encerrada a presente audiência pública e desejo uma excelente tarde a todos.

Obrigada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 21 minutos)

(Sem revisão dos oradores)